



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA – UFU  
INSTITUTO DE HISTÓRIA - INHIS

ALESSANDRO TEIXEIRA DE OLIVEIRA

O SUICÍDIO COMO RESPOSTA A UMA IMPOSIÇÃO DE DESIGUALDADE

UBERLÂNDIA – MG

2016

ALESSANDRO TEIXEIRA DE OLIVEIRA

O SUICÍDIO COMO RESPOSTA A UMA IMPOSIÇÃO DE DESIGUALDADE

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em História, do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia, como exigência parcial para obtenção do título de Bacharel em História.  
Orientador: Prof. Dr. André Fabiano Voigt

UBERLÂNDIA

2016

ALESSANDRO TEIXEIRA DE OLIVEIRA

O SUICÍDIO COMO RESPOSTA A UMA IMPOSIÇÃO DE DESIGUALDADE

Monografia submetida à defesa em 06 de Março de 2017, pela Banca Examinadora constituída pelos seguintes professores:

---

Prof. Dr. André Fabiano Voigt (Orientador)

INHIS-UFU

---

Prof. Me. Gabriel Passold

---

Prof. Esp. Javan Girardi

UBERLÂNDIA

2016

*Dedico este trabalho aos meus pais, irmãos, filhos e à minha esposa, por me incentivar sempre. Por fim, a todas as pessoas que tiveram uma morte tentada ou consumada e, em especial, para aqueles que superaram as causas que levam à morte voluntária e que me inspiraram a trabalhar, a fim de mudar ideologias vigentes.*

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço aos meus colegas de classe pelo convívio saudável. Aos mestres, que me ensinaram a pensar o mundo de maneira crítica e abalizada. Ao meu orientador, professor André, sempre acessível e interessado.

*“A história não é uma busca de um tempo homogêneo e vazio, preenchido pelo historiador com sua visão dos acontecimentos, mas é muito mais uma busca de respostas para os agoras. A história é um imenso campo de possibilidades onde inúmeros agoras irão questionar momentos, trabalhar perspectivas, investigar pressupostos” (Walter Benjamin).*

## RESUMO

Esta pesquisa buscou analisar as representações construídas sobre a morte voluntária, a fim de compreender os significados, sentidos e relações que evidenciem um lugar político, social e cultural no âmbito da vida e da sociedade brasileira. Buscou ainda discutir a passividade social diante da frequência com que a humanidade vivenciou e vivencia o ato suicida. E, ainda, apontar a falta de iniciativas coletivas e governamentais que visem sanar ou reduzir os casos tentados ou consumados pelos indivíduos. Para alcançar este objetivo, foram reunidas e analisadas as representações nos discursos presentes em textos que tratam da valorização e desvalorização dos sujeitos por parte da sociedade e das instituições entre a Idade Média e a Contemporaneidade, de modo a confrontar dados e elementos presentes no medievo europeu com reflexões referentes ao mundo contemporâneo e ao Brasil atual. Buscamos ainda levantar a possibilidade de que, na atualidade, nada justifica a continuidade dos casos de suicídio e, se isso continua ocorrendo, é porque reproduzimos modelos que atendem a interesses que há muito acompanham a humanidade. Compreendemos que pensar as experiências dos suicídios ocorridos, tentados e os seus diferentes motivos, nos permitiria desvendar as práticas e lutas desses homens no que se refere a uma busca incessante de mostrar que algo não está certo na ideologia social.

## **ABSTRACT**

This research sought to analyze the representations built about voluntary death, in order to understand the meanings and relationships showing a political, social and cultural place in the framework of life and Brazilian society. Sought still discuss social passivity on the frequency with which humanity experienced and experience the suicidal act and yet, pointing out the lack of collective and governmental initiatives designed to remedy or reduce the cases tried or accomplished by individuals. To achieve this goal, were gathered and analyzed the representations in present in texts that deal with the appreciation and depreciation of the subject by society and institutions between the Middle Ages and Contemporaneity, so confronting data and elements present in the European Middle Ages with thoughts relating to the contemporary world and the current Brazil. We seek still raise the possibility that, at present, there is no justification for the continuation of suicide cases and, if it is still occurring, it is because we reproduce models that meet the interests that have long come with humanity. We understand that thinking about the experiences of the suicides occurred, tried and their different reasons, would allow us to unravel the practices and struggles of these men in a relentless pursuit to show that something is not right in social ideology.



## SUMÁRIO

<b>AGRADECIMENTOS.....</b>	<b>5</b>
<b>RESUMO .....</b>	<b>7</b>
<b>ABSTRACT .....</b>	<b>8</b>
<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>Capítulo 1: O suicídio na Idade Média e início da modernidade.....</b>	<b>14</b>
<b>Capítulo 2: O suicídio na contemporaneidade – da desigualdade social ao descarte do indivíduo .....</b>	<b>28</b>
<b>2.1. Rousseau, Marx e Durkheim: o suicídio como problema social.....</b>	<b>28</b>
<b>2.2. O suicídio na contemporaneidade: a desigualdade e o descarte do indivíduo .....</b>	<b>34</b>
<b>Capítulo 3: Questões específicas do suicídio no Brasil – passado e presente.....</b>	<b>50</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>56</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>60</b>

## INTRODUÇÃO

Esta pesquisa buscou analisar as representações construídas sobre a morte voluntária, a fim de compreender os significados, sentidos e relações que evidenciem um lugar político, social e cultural no âmbito da vida e da sociedade brasileira. Buscou ainda discutir a passividade social diante da frequência com que a humanidade vivenciou e vivencia o ato. E, ainda, apontar a falta de iniciativas coletivas e governamentais que visem sanar ou reduzir os casos tentados ou consumados pelos indivíduos.

Para alcançar este objetivo, foram reunidas e analisadas as representações nos discursos presentes em textos que tratam da valorização e desvalorização dos sujeitos por parte da sociedade e das instituições entre a Idade Média e a Contemporaneidade, de modo a confrontar dados e elementos presentes no medievo europeu com reflexões referentes ao mundo contemporâneo e ao Brasil atual.

Buscamos ainda levantar a possibilidade de que, na atualidade, nada justifica a continuidade dos casos de suicídio e, se isso continua ocorrendo, é porque reproduzimos modelos que atendem a interesses que há muito acompanham a humanidade. Compreendemos que pensar as experiências dos suicídios ocorridos, tentados e os seus diferentes motivos, nos permitiria desvendar as práticas e lutas desses homens no que se refere a uma busca incessante de mostrar que algo não está certo na ideologia social.

A decisão de enfrentar o desafio de pesquisar um tema difícil e com pouca ação nos meios acadêmicos, tem muito a ver com a afirmação de Rubem Alves, sobre eleger um campo de estudo:

Antes de mais nada, é necessário saber discriminar os problemas que merecem e devem ser investigados. Mas este poder de discriminação não nos vem da ciência. A ciência só pode nos oferecer métodos para explorar, organizar, explicar e testar *os problemas previamente escolhidos*. Ela não nos pode dizer o que é importante ou não. A escolha dos problemas é um ato anterior à pesquisa, que tem a ver com os valores do investigador. (ALVES, 1992, p. 79)

Posto isso, convém dizer que se intenciona questionar os sentidos, os significados e a relevância do suicídio no sistema social difundido na cultura ocidental, por meio da análise de representação de textos, da imprensa e narrativas, bem como analisar os “silenciamentos”,

valorização e desvalorização e a negação social referentes ao ato tentado ou consumado do suicida.

O objeto desta pesquisa é fruto de inquietações pessoais, quando ao longo de trinta anos de vivência em sociedade, presenciando tentativas e consumações, além das proporções que o ato causa junto à comunidade e o rótulo negativo que carrega a família de um suicida. Percebi o quanto somos moldados a partir do meio externo e o quanto isso é danoso para aqueles que reproduzem tal molde. Ainda através de experiência pessoal, com o Centro de Valorização da Vida (CVV), percebi que não há interesse social em evitar o fato. A questão essencial desta pesquisa, portanto, é analisar o que significa viver atrelado a modelos impostos os quais nos recusamos a alterar.

O fator proximidade – vivência – é o que surge em primeiro lugar na busca da compreensão do fato no cotidiano, não só para o indivíduo, mas também para a sociabilidade dos seus familiares no local de moradia, sendo esta uma de nossas preocupações. Pois como afirma Antônio de Almeida:

Esse é um espaço que aqui está sendo compreendido como fértil terreno constitutivo de sociabilidades e identidades coletivas no qual os indivíduos, para além das relações formais do mercado, são identificados não apenas pelo que fazem ou possuem, mas também pela sua própria condição de sujeito social. (ALMEIDA, 2008, p.94)

A segunda e mais sutil razão é detectar quais indicadores nos mostram essa valorização ou desvalorização social da morte autoprovocada, além de qual a dignidade que os discursos evidenciam. São perguntas a serem feitas aos textos e instituições sociais.

Penso que é nosso dever, enquanto historiadores, compreender os diversos setores que compõem o espaço social e sobre quais pretextos elas se efetivam. Mais importante ainda, tal postura é também vital para o futuro.

Importa ressaltar que, na presente pesquisa, temos o olhar de quem não apoia o ato, não concordando, entretanto, com a interiorização de quem o pratica. Desta forma, esta proposta é permeada pela inquietação do próprio presente, pois como nos mostra Marc Bloch:

Para formular corretamente os problemas, para até mesmo fazer uma ideia deles, uma primeira condição teve que ser cumprida: observar, analisar a paisagem de hoje. Pois, apenas ela, dá as perspectivas de conjunto de que era indispensável partir, não, decerto, que se trate – tendo imobilizado, de uma vez por todas, essa imagem – de impô-la, tal qual, a cada etapa do passado sucessivamente encontrado, da montante à jusante. Aqui como em todo lugar, essa é mudança que o historiador quer captar. (BLOCH, 2001, p.67)

Uma discussão sobre a metodologia de trabalho do historiador se fez necessária para que esta pesquisa fosse desenvolvida. O historiador Jacques Le Goff, refletindo sobre sua escolha do ofício do historiador, justificava: “tive de refletir sobre o fato de que não se pode fazer história *a priori*” (AUFIRAS, 1991). Isso nos remete a pensar o caminho que o historiador propõe percorrer, mas é preciso atentar para o que um dos fundadores da escola dos *Annales*, Marc Bloch, ressalta: “o explorador sabe muito bem, previamente, que o itinerário que ele estabelece, no começo, não será seguido ponto a ponto. Não ter um, no entanto, implicaria o risco de errar eternamente ao acaso” (BLOCH, 2001, p.79).

Antes mesmo de iniciarmos uma discussão sobre documentos e fato histórico, tomando como base principal a escola dos *Annales*, acreditamos que as palavras de Maria do Pilar Viera de Araújo apresentam de forma clara os passos do fazer do historiador:

Enquanto o historiador realiza sua pesquisa e constrói seu objeto de estudo, os passos de seu trabalho não são separados uns dos outros nem se encadeiam numa ordem sucessiva. Pelo contrário, o encaminhamento da reflexão a partir da posição teórica do pesquisador de sua localização na prática social, de suas expectativas e do diálogo que faz as fontes, é um movimento único, em que o avanço em algumas partes auxilia em melhores definições em outras, e vice-versa. (VIEIRA, 1989, p.30)

A autora ressalta ainda a importância da problematização, uma vez que é a partir dela que o pesquisador escolhe a metodologia mais adequada para alcançar os objetivos propostos e, ao mesmo tempo, validar ou refutar as hipóteses levantadas. Assegura, também, que o historiador deve constatar que a história não é - e não deve ser - apenas uma ciência que se preocupa tão somente com os fatos políticos, mas ela deve:

Pensar a história como experiência humana – que é de classe e de luta, portanto vivida a partir de necessidades, interesses e com antagonismos – é situá-la como um campo de possibilidades em que várias propostas estão em jogo.

Pensar a produção do conhecimento histórico como aquele que é capaz de apreender essa experiência vivida por sujeitos ativos que problematizaram sua própria existência implica elaborar procedimentos que permitam recuperar essa problematização colocada pelos agentes do passado, a partir das questões que o presente coloca ao pesquisador. (VIEIRA, 1989, p. 37)

Daí o interesse em pesquisar o tema. A causa carrega consigo uma invisibilidade perante a sociedade, invisibilidade esta que penso ser uma ressonância da nossa história colonial, traços que vêm de uma historicidade cultural de uma sociedade elitista e patriarcal.

Sabe-se que a escola dos *Annales* rejeitou a história positivista, dominante, a história “historicizante” ou do acontecimento, a qual privilegiava os fatos políticos. Para os *Annales*, a história deveria ser uma construção do historiador, o qual deveria desprezar os personagens ilustres e dar mais importância aos eventos forjados pelo coletivo e pela sociedade. Assim, o historiador deveria compreender a sociedade a partir de sua totalidade, sabendo que os sujeitos históricos são sujeitos políticos, econômicos, culturais e sociais.

Para tanto, o conceito de documento foi ampliado e aconteceu, então, um deslocamento temático saindo do meramente econômico para o estudo do homem em sua totalidade. Sobre essa ampliação de conceito de documentos, Marc Bloch justifica, dizendo que: “a diversidade dos testemunhos históricos é quase infinita. Tudo que o homem diz ou escreve, tudo que fabrica, tudo que toca pode e deve informar sobre ele” (BLOCH, 2001, p.79).

Dividimos nosso trabalho em três partes. A primeira, trata dos elementos históricos, sociais e culturais presentes na análise da questão do suicídio entre a Idade Média europeia e o início da modernidade. Nele, já é possível delimitar um elemento principal que está presente no julgamento que as autoridades faziam do suicida: a religiosidade como imposição de uma desigualdade entre os indivíduos.

Na segunda, fizemos um conjunto de reflexões, baseadas tanto no pensamento de autores quanto em relatos diversos, sobre o problema do suicídio na contemporaneidade. Novamente, apesar de haver várias mudanças na análise do suicídio em relação à Idade Média, a desigualdade aparece como pano de fundo que quase sempre é escondido quando se fala das motivações do suicídio na atualidade.

Na terceira e última parte, pretendemos apenas reforçar nossas reflexões com alguns dados e informações sobre como estas questões se refletem no Brasil dos últimos anos. Mesmo que haja iniciativas de combate e de controle ao suicídio, ainda é possível verificar que boa parte do que vivemos se dá na dor insuportável causada por uma ideologia dominante que pratica a desigualdade e que força os oprimidos a desistir de lutar pela melhoria de sua condição.

## Capítulo 1: O suicídio na Idade Média e início da modernidade

A sociedade medieval se caracterizou, dentre tantas outras peculiaridades, pela luta por terra - fonte de alimento e poder. Situação que pode ser uma demonstração de como vivia a sociedade e o horizonte traçado por parte ou toda autoridade que assim a reconhecia. A historiografia da época nos apresenta que o ócio e o poder estavam intimamente relacionados, sendo buscados por muitos e possíveis para poucos.

Entre as autoridades da época, os membros da Igreja se destacavam. Tendo uma grande importância no cotidiano dos cristãos, esses homens representavam uma aproximação entre as coisas de deus e terrenas. O imaginário religioso se difundia de tal forma que, para muitos, o sofrimento vivido era aceito e difundido pelo clero como algo determinado por deus e não por homens. Sofrimento este que a Psicologia identifica, nos dias de hoje, como uma das causas do suicídio.

Outro aspecto que chama a atenção quanto à Igreja, é sua posição enquanto instituição, é sua constituição; homens detentores da escrita e da leitura, que tornaram o assunto da morte voluntária uma questão presente, mas pouco discutida no período. O autor Jacques Le Goff expõe a ideia de homem, indivíduo, formado perante as concepções religiosas durante a idade medieval. Homem esse que é rodeado por conflitos, sejam eles de corpo e alma ou ainda de espírito, coração e mente. O homem medieval é impregnado de conceitos estabelecidos pela religião, ele vive para se adequar a esse modo estabelecido, amando e temendo o seu deus (LE GOFF, 1984).

Ao nos debruçarmos sobre a escrita da história, podemos afirmar que a Igreja era tida como instituição que ocupava o vão entre o céu e a terra. Cabia a ela realizar ações de intermediação entre as coisas do homem e de deus no mundo físico. A Igreja dispunha de um arquivo de grande volume e variedade de assuntos, em pergaminhos e posteriormente em livros, nos quais a humanidade incorporou, e a partir dos quais ainda incorpora, o conhecimento adquirido em milênios. Ainda assim, muito pouco se encontrou sobre o suicídio de maneira direta. De modo que somos levados a crer que mesmo sendo um acontecimento frequente, a humanidade não discute as causas que levam o homem a ir contra a própria natureza biológica, contentando-se com um motivo que justifique o fato consumado.

No presente trabalho, futuramente, através de entrevistas, buscaremos verificar nos casos de suicídio a razão pela qual pouco se busca compreender as causas que levaram um ser

a pôr fim à sua existência. Além de questionar a razão pela qual muitos aceitam saber o motivo e receber como pertinente a ideia desqualificadora sobre o sujeito que pratica ou tenta o suicídio. No sentido contrário, a ideia difundida sobre o assunto, de maneira geral, não é aceita tão facilmente por aqueles que tiveram algum grau de proximidade com o suicida.

Diferentemente da sociedade, os indivíduos que conheceram o suicida desenvolvem diferentes leituras do fato, e se nota o nascer de uma inquietação advinda das justificativas pontuadas e construídas a cada tempo. Diferentes motivos são utilizados para explicar o ato pertinente a cada momento e espaço abordados. O que levanta várias indagações acerca do assunto: em um momento onde tudo era voltado à lógica religiosa, por exemplo, a figura do diabo tornava pouco necessário justificar o fim trágico daqueles que tiveram o ato tentado ou consumado.

A pouca informação que se pode capturar de forma direta para pesquisa se refere a relatos diretos ou indiretos de homens que tinham algum destaque no núcleo coletivo e de alguma forma viveram sob determinado modelo social apoiando ou recusando as condições estabelecidas.

As condições concretas do suicídio medieval foram suavizadas em uma amostragem específica de cinquenta e quatro casos, feita por Jean-Claude Schmitt. Verifica-se que os homens se suicidam umas três vezes mais que as mulheres, que o enforcamento é o meio mais utilizado (32 casos), em relação a afogamento (12 casos), ao uso da faca (5 casos), à queda do vazio (4 casos), o que se mostra estranhamente semelhante às práticas do século XX (MINOIS, 1998, p. 50-51).

O prestígio na era medieval era identificado pelos títulos de nobreza, posse de terras, bens materiais e mesmo desenvoltura intelectual, como constatado nas historiografias de homens que buscaram pensar a própria existência. Na sociedade medieval chamamos a atenção para a importância que era dada ao ato. Os vivos começaram a nutrir uma insatisfação motivada pela autoridade. Os casos de indício de suicídio começaram a ser mais frequentes, principalmente entre os que possuíam bens materiais. Isso enquanto a condenação por suicídio dava ao juiz o direito de posse sobre os bens do morto. A prática era punir o morto e ainda desfrutar de suas aquisições materiais, além de desqualificar o sobrenome da família, o que gerava mais dificuldades na manutenção da vida dos familiares do suicida.

Desse modo, o suicida tinha os bens usurpados e perdia o direito ao enterro religioso. Punir os mortos e seus familiares foi o meio encontrado para tentar evitar que a prática ficasse frequente. Entretanto, a punição se tornou uma constante, especialmente para os homens que tinham posses, pelas razões já citadas. Isso mudou devido ao grande número de suicídios que

assolavam a sociedade rural e cristã. As pessoas passaram a questionar os interesses daqueles que definiam o tipo de morte, pois mesmo afogamento chegou a ser diagnosticado como suicídio em algumas situações.

A insatisfação do povo se tornava intensa, questionamentos sobre as sentenças aplicadas levaram o assunto a ser caso de justiça. Em virtude disso, posteriormente, passou-se a seguir regras para poder afirmar ou constatar uma violação passível de punição. Foi criada uma corte para definir os casos de suicídio, uma legislação específica para punir e identificar os casos de suicídio. A sentença agora só poderia ser efetivada por intermédio de processo, dando à família o direito a questionar o fato e a punição da causa - quando não seguissem as exigências colocadas - perante os juízes. Levantando, assim, questões que discutimos até nos dias atuais, como a ética e a moral dos dirigentes da sociedade em foco. Situação que serve ainda de indício dos mecanismos de controle contra a ambição de homens e acalmar a população e evitar alterações realmente significativas nos trâmites sociais.

A questão se elucida melhor quando acatamos as explicações dadas hoje pela psicologia: para afirmar que um dos motivos que pode levar o indivíduo a fazer escolhas dessa natureza é a busca por interromper o estado de sofrimento em que a pessoa encontra. Seja esse sofrimento de fundo emocional, físico ou intelectual.

Sabemos que a maioria da população vivia em condições precárias, com dificuldades de diversas naturezas, o que, conseqüentemente, não excluía os homens de posse de situações de sofrimento. Assim os homens de escrita não fazem nenhuma referência a homens desprovidos de bens ou desenvoltura social. O grau de sofrimento disponibilizado a esses evidencia uma falta de sensibilidade ao tratar o outro na estrutura social.

Ideológica ou religiosamente, a punição àquele que atenta contra a própria vida passa a ser uma constante em respeito às escrituras sagradas, já que a Igreja considerava que os suicidas atentavam contra deus, pois segundo sua fé, a vida era por intermédio de deus concedida e atentar contra ela seria uma afronta ao próprio deus, devendo o ato ser punido com rigor, portanto.

A interdição de todos os tipos de suicídio se apoia sobre o quinto mandamento cristão, que proíbe o ser humano de matar e não prevê qualquer exceção. Mas a Igreja a reforça outra importante consideração: “aquele que se mata seria um covarde incapaz de suportar as provações, um vaidoso que dá muita importância ao que os outros pensam a seu respeito”. (MINOIS, 1998, p. 39)

A Idade Média conheceu diversas formas de morte voluntária. O que os homens daquele tempo nos apresentam com certo espanto foi o sentido dado aos fatos. Buscou-se, em



muitos casos, desqualificar o ato, mas outros o incentivaram. As autoridades da época exploraram a questão, intimidando ou encorajando o suicídio dos indivíduos. Exemplo a ser seguido ou repellido pelos homens cristãos. Lembrando que toda a ação era voltada para reforçar a manutenção do poder vigente. Deixando claro que serão dignos das honras fúnebres aqueles que puseram fim às suas vidas em nome de seu protetor – reis, senhores de feudo e outros que tenha condição de coagir, seja pela força ou oratória.

A intenção de atribuir um caráter nobre nada mais é que uma ação voltada para outros lutarem até a morte para garantir àquele que subjuga a manutenção de suas condições. Portanto, tal modelo de opressor e oprimido nada teria de nobre, pois o que se afirmava nas batalhas é apenas a quem caberia receber os privilégios do trabalho desses homens. Em uma leitura que podemos fazer de Maquiavel, por exemplo, o bom governante é aquele que sabe usar o povo de modo a garantir seu interesse, pois a condição de vida deles não se alterava na prática. O conflito não apresentava mudança para a população. Aquele que chamava a si a função de protetor, na realidade era mantido pela massa subjugada (MAQUIAVEL, 2001).

Quase sempre existe na morte um aspecto de nobreza, explorado há muito para atender interesses do poder ou daquele que o almeja. Os grupos que estão à frente da sociedade dão o aspecto negativo – covardia - mediante as circunstâncias e interesses. Ao criar um significado negativo ou positivo do suicídio, afastam-se as causas que levam ao ato, e é através disso que se mantém ou altera o modelo. Porém, ambos os aspectos são utilizados para a vida sem maiores transtornos.

Na obra de Georges Minois sobre a história do suicídio, o autor nos apresenta parâmetros de como tal fenômeno acontecia e nos ajuda a compreender o porquê de se buscar dar fama negativa para aquele que atenta contra a própria vida, efetivando ou não o fato. A tais pessoas, como já foi dito, eram sempre imputados muitos adjetivos pejorativos, com a finalidade de atender interesse pontual ou geral.

A questão incomodou e ainda incomoda, uma vez que a moral cristã ultrapassou gerações e ainda vigora na atualidade. Aqueles que a seguem deveriam tratá-la com cautela, lembrando que, ainda segundo sua própria fé, a solidariedade é uma virtude que tem por finalidade de reduzir a dor e o sofrimento dos homens normais. Mas só que encontra respaldo na realidade é prezar para que os homens possam, em seu cotidiano, realizar as atividades que garantam o bem viver de uma minoria e ainda ajuda a reproduzir o modelo vigente.

A citação “quanto a Jesus, é inegável que a sua morte foi voluntária” (MINOIS, 1998, p. 40) deveria levar o cristão a refletir um pouco mais sobre o fato. O ato citado chamou e chama à reflexão, pois buscou exatamente trazer a atenção daqueles que se mantiveram vivos

e das gerações subsequentes para o fato de que deveriam ocorrer mudanças na maneira como as coisas estão sendo conduzidas no que se refere à vida dos homens.

Mesmo dominando a oratória, Jesus chamou a atenção dos seus com o ato, podendo ser compreendido como possível alerta para demonstrar que algo estaria errado. Passou a se refutar às causas e questionar os motivos que levam um indivíduo, tido como covarde, a tirar a própria vida. Como se verifica na história, os motivos são diversos, e quando se busca chamar a atenção para a causa é levantada a premissa de que o assunto deve ser abordado com cautela, pois seria prejudicial à humanidade se o suicídio fosse tido como prática comum. Obviamente, não podemos saber com plena certeza acerca das possibilidades de futuro, mas é evidente que tem mais a lamentar uma possível mudança de paradigma é aquele que vive obtendo frequentemente os benefícios gerados na vida em sociedade aos moldes atuais.

A complexidade que envolve a morte voluntária é digna de reflexão, pois há tempos já nos foram apresentados vestígios de uma construção moral negativa quanto ao fato e em detrimento da possibilidade de que o foco seja levado para algo que está antes e além do indivíduo, que vive sob regras e condutas sociais previamente estabelecidas e esperadas.

A indagação segue ao longo dos séculos, as autoridades civis e religiosas não escaparam a esse paradoxo: o infeliz que se mata para abreviar os seus sofrimentos e os dos próprios familiares é um criminoso, enquanto o crime de milhões de jovens em plena inocência, contra a sua vontade, nos campos de batalha, é aceito como um ato meritório. (MINOIS, 1998, p. 40)

Um informe que Minois nos faz enquanto leitores é acerca da dificuldade de se obter fontes para estudo sobre o assunto, o que nos deixa forte indício de que não se buscava conhecer as razões que levam o homem à morte voluntária na Idade Média. Destacando que uma das fontes utilizadas foi a obra realizada por Jean Claude Schmitt que, após uma pesquisa que abrange três séculos, encontra alguns registros judiciais sobre suicídio. (MINOIS, 1998, p. 16)

Lembrando que anteriormente os casos se resolviam em um ambiente quase informal, onde aquele que decidia pelo crime cometido cobrava a pena material e não prestava esclarecimentos a ninguém, o que facilitava muito a ampliação de suas posses materiais. Além disso, a força era utilizada como respaldo à autoridade. Assim, os dados – senão insignificantes – não facilitam fazer qualquer afirmação sobre a real taxa de suicídios da época, e também não serviriam para o sociólogo fazer comparações entre os períodos medieval e contemporâneo.

As crônicas e registros judiciais não abrangem realmente mais do que um número insignificante de casos. No seu artigo pioneiro sob muitos, Jean-Claude Schimitt, não encontrou mais do que cinquenta e quatro num período de cerca de três séculos e indica que esse limite, "restrito é heterogêneo não podia servir aos dados estatísticos" era barrado pelos sociólogos. (MINOIS, 1998, p. 16)

É interessante notarmos a contribuição das ciências, que resultaram em novos conhecimentos em favor da vida humana, efetivados na pesquisa empírica. A partir disso, parece ser um comportamento irracional continuar vivendo a realidade e ignorando o mal e a ideologia embutidos na afirmação de que todo suicida é um covarde. Isso deveria ser um ponto de reflexão. Seria o covarde aquele que se banha em um mar de sangue ou aquele que rejeita a abastecê-lo, seguindo a premissa de que todo homem aprimora, nascendo vazio e ao longo da vida devendo reunir conteúdo?

A pauta da reflexão, no que tange à moral cristã que circunscreveu o imaginário daquela sociedade, é a própria demonstração de que o fato era comum. Uma das várias "coisas do diabo". Ao torná-la assunto da justiça é apresentado forte indício de que o ato era mais praticado do que aquilo que foi documentado. Quando o vilarejo se encontrava distante do governo central, por exemplo, a autoridade eram os membros da Igreja, cabendo a eles sentenciar e aplicar a pena, além de se beneficiar economicamente, como já citado. Conclui-se havia uma série de vícios, tanto na usurpação de bens quanto na omissão do critério para classificar a morte, já que a confirmação do crime justificava a aplicação da pena.

O suicídio guarda para si uma reputação sinistra e diabólica, embora se oponha à confiscação dos bens e à pena ao cadáver, a família evocava a desculpa da loucura. Mas é nas classes dominantes, no seio da elite intelectual, na aristocracia e na burguesia, inclinadas para a escrita, que se assinala a crise dos anos de 1580 a 1620. (MINOIS, 1998, p. 144)

A reflexão trazida na citação acima é algo intrigante se nos atentarmos à ideia por detrás de um período ligado ao imaginário religioso e as dificuldades que assolavam os sujeitos da época. Um filme dedicado à memória de Lutero, por exemplo, insinua como as condições de vida eram complicadas, a ambiguidade vivida o povo e as incertezas sobre continuar a vida. Mesmo sendo uma obra voltada ao campo cinematográfico, no seu enredo, a película mostra a contradição entre a aparência e o que se verifica no real (LUTERO, 2003).

O aspecto religioso se fazia presente tanto no indivíduo quanto no coletivo, gerando no homem um sentimento de crédito no tempo futuro. Diante de tanto sofrimento físico e espiritual, muitas das baixas não foram relatadas pela Santa Igreja Católica Romana, que

pensava e conciliava as questões humanas a divinas. A atribuição que lhe cabia não foi compreender as causas, apenas buscar justificar, por intermédio de motivos variados, a morte voluntária. Afasta-se, deste modo, qualquer possibilidade de contestações acerca das bases para a vida que mostrava, caracterizando, também assim, uma minoria vivendo do sacrifício dos demais.

A escritura cristã nos apresenta o martírio como método de redenção. Um exemplo de martírio muito conhecido entre os cristãos é o jejum, ainda muito utilizado no contemporâneo. No martírio se busca promover sofrimento à matéria a fim de acalantar a alma. Em períodos anteriores, muito se utilizou a prática de martírios a fim de promover ações de homens que pretendiam superar seus limites físicos e espirituais em função de uma expectativa de vida diferente da cotidiana. Acreditar em um mundo diferente daquele que vivenciavam, gerava uma conformidade. Tal sentimento levava o indivíduo a se sentir impotente, não alterando a realidade. O sentimento de culpa lhe era provocado como forma de não gerar questionamentos ao modelo de vida dominante, que tinha o mal difundido entre a sociedade. Tudo isso pautado na esperança de um possível paraíso após a morte.

Seguindo a ideia de justificar a usurpação do bem alheio a época utilizava também do sofrimento para justificar os abusos que cometia contra alguns com a necessidade de se aceitar a condição de vida como forma de prover um passaporte que levasse a outro lugar, diferente daquele que vive. Diante da promoção do sofrimento alheio, obter recursos para prover a vida nesse e no outro mundo é imprescindível. Acreditar que homens de pouco recurso material, físico, intelectual e desprendidos da própria realidade poderiam ascender na sociedade medieval é quase um paradoxo. Na falta de mobilidade social que o período apresentou, a historiografia isso leva a constatar que o indivíduo comumente via a morte como pertinente, pois nascido desprovido de riqueza e poder e sem perspectiva de alterações em sua vida, via a ideia de um outro mundo, pós-morte, como bastante sedutora.

Na morte voluntária, acima definida, a vítima conhecia o resultado da ação, interpretando-o como pôr fim ao sofrimento, eliminando a vida. Buscavam encontrar o local que só homens de posse poderiam chegar ao comprar a sua entrada ao céu por meio da indulgência. Por outra opção, restava suportar o sofrimento a fim de que deus tenha piedade dele e deixe ele voltar em outra posição e possa comprar a sua indulgência.

O suicídio na Idade Média, como já mencionado, tornou-se caso de justiça por conta da insatisfação das famílias. O crescente número de casos identificados pelas autoridades como suicídio chamava a atenção da população para a verdadeira intenção embutida na afirmação de uma morte sem maiores apurações ser definida como suicídio. Segundo Minois,

o endurecimento da moral cristã a respeito do suicídio se deu a partir do século V. Seria apenas por causa do domínio da moral que os responsáveis da Igreja se deixaram influenciar pelos sentimentos da massa de fieis. É evidente que se produz influências de forma duradoura nas práticas cristã, mas nunca nesse sentido tão essencial (MINOIS, 1998, p. 40).

Santo Agostinho, mesmo sendo fortemente contra a ação da morte voluntária, foi tocado a aceitar a morte de Jesus como sendo um caso de morte voluntária. E diante de uma temática complexa é de fundamental importância conhecer outros argumentos que envolvem os casos. Na antiguidade, o suicídio já era fato e alguns pensadores já pensavam sobre o assunto, outros também o praticaram, como nos conta Minois:

Desde a Antiguidade, muitos homens e mulheres escolheram a morte, mas essa escolha nunca passou indiferente. Aclamada em raras circunstâncias como um ato de heroísmo foi também muitas vezes objeto da reprovação social (MINOIS, 1998, p. 9).

A própria condenação no campo imaterial, relativa à perda de um enterro cristão e deposição do moribundo fora dos limites do cemitério consagrado pela Igreja, já mostrava o quanto era dura a punição social, decorrente do imaginário religioso. Muitos desejavam a morte, porém não a buscavam por essa ação de maneira direta por medo da sentença. É pacífico, entre os pesquisadores relacionados às ciências humanas, que o espólio da guerra em parte atendia aos interesses daqueles envolvidos e, ao voltar com a vitória, eles tinham sua condição social e material melhoradas, condição inversa à do vencido. O cavaleiro preferia a morte a ser capturado vivo, um forte indicio do quanto o olhar do outro pode ser danoso à vida. Isso vem sendo agravado com a complexidade que a vida social adquiriu. À medida que se absorve a cultura e não se resolve seus males, a tendência é que esse parâmetro se torne impossível de ser revertido.

Aquele suicídio atribuído à ideia de resistência à manutenção do poder vigente, cita Jean Froissart, equipara-se ao homem de guerra que mesmo não tendo força para superar o inimigo vai para sua morte. Segundo George Minois, o ato de eliminar a própria vida não deixou de ser crime, segundo o próprio conceito seguido na antiguidade e ainda hoje, o suicídio deixou de ser penalizado porque atendia aos interesses dos dirigentes da sociedade. As autoridades seguiam seus interesses já na Idade Média, como mencionamos, no que se refere ao enterro religioso e apropriação dos bens daqueles usados como exemplo. A memória do guerreiro também foi explorada para gerar outras ações semelhantes e reforçar a manutenção de uma ideologia de desigualdade social.

O suicídio altruísta, a partir da Idade Média era aceito e justificável, podia ser bem visto pelos homens do poder local e, em muitos casos, eclesiásticos decidiam os casos de mortes a definir. Os casos que apresenta a *História do Suicídio*, como escapar da humilhação do inimigo, da própria ação do tempo, frustrar a vitória do infiel, escapar da vergonha de ser deixado no mundo sem seu provedor ou sabotar o triunfo do inimigo, eram considerados crime, mas não se puniam com o mesmo rigor que a religião e a sociedade defendiam. Em todos os casos de suicídio altruísta, obrigatório ou não, se mata sem ser expressamente obrigado. Mas se o público não impõe fisicamente a morte obrigatória também não deixa de aceitar.

Tudo que ainda há para ser superado tem ligação entre o passado e o presente, e nisso se inclui o suicídio. As causas que levam ao sofrimento trazem consigo um ser que é carregado de dor. Os elementos que o causam são repassados e atendem vícios que a cada momento se incorporam ao homem e o levam a acreditar que se trata de parte dele.

Minois relata alguns casos por ele pesquisados: Segundo Froissart, que viveu no século XIV, relata que noventa cavaleiros deixaram-se matar numa batalha para não serem obrigados a recuar; Guibert de Nogent, por sua vez, assinala que durante as cruzadas em vez de se render aos turcos, muitos cristãos afogaram-se; Joinville testemunha que o bispo de Soissons, que se recusara a aceitar o fracasso, lançou-se diante dos turcos para encontrar a morte; a rainha, mulher de São Luís, pede a um velho cavaleiro para lhe cortar a cabeça se os sarracenos se apossarem dela; nos *Miracles de Saint Benoit*, o arcebispo de Bourges, e seus companheiros, espancados por Eudes, que se trespassaram com a própria espada. Há também um relato de suicídio por fidelidade ao marido e mesmo para salvar a vida de parentes, como pôde ser constatado pelo autor de *História do Suicídio* (MINOIS, 1998, p. 17-18).

A moral vigente na Idade Média era a da "elite" dirigente. A simbologia que carrega aquele que subjuga do outro ganhou força na efetivação dos interesses dos homens que tem ou buscam o poder. O período foi escolhido como ponto de partida desse trabalho porque permite observar fatos concretos do que acontece nos dias modernos e a dificuldade em codificar o percebido na sociedade, que a todo o momento reproduz a cultura ocidental e com ela os seus males. O fato de a Europa ter limitações de recursos naturais no contemporâneo é um indicativo de que alguma coisa no modelo desenvolvido causou e causa danos ao todo. A ideia de que a sociedade se explica por intermédio do modelo produtivo continua, e mostra uma sociedade estruturada entre condições antagônicas que se desenvolve para si. Seus recursos naturais escassos, assim como o ambiente alterado, são consequências diretas do desequilíbrio estruturada na vida social.

São fatos que devem servir para alertar as escolhas pautadas nos interesses desses que buscam manter uma vida viciosa, sem assumir para si os males causados. Se o sofrimento tem uma causa direta, então a vítima da morte voluntária deveria encontrar os dirigentes que guiaram a sociedade para tal desfecho. Diferente disso, o que encontra é o sofrimento, enquanto os bônus são desfrutados pelos dirigentes dessa sociedade. Não que ela seja totalmente ruim, mas se faz necessário que, mesmo que sejamos obrigados a seguir o modelo estrangeiro, no mínimo não reproduzamos na íntegra aquilo que nos prejudicaria e nos tornaria ainda mais incoerentes que eles.

Estamos em processo de desenvolvimento histórico, em busca de maturidade. Nossa historiografia nos apresenta o fato de que os nativos que aqui viveram tinham mais a contribuir com os forasteiros frente à ideologia imposta por livros e pela escola. Faz-se necessário vivenciar os casos de morte voluntária quando ainda reforçamos as causas que conduzem a ela. Deixamos agravar os efeitos das injustiças sociais no indivíduo, quando recusa aceitar sua culpa, ação que resultaria em outras escolhas. A moral e a ética incorporadas à vida em sociedade nos levariam a patamares diferentes, o que favoreceria a todos. Diferente disso só quem causa a desigualdade e o sofrimento não vive suas dores.

Há séculos a História nós mostra que um mal não superado ou corrigido tende a fazer vítimas os seus mais próximos. Luís XV e seus agregados, por exemplo, morreram das mesmas formas que mataram seus desafetos, por exemplo. A vida segue um tempo que não pode ser recuperado, mas apresenta uma forma cíclica que, em algum momento, pode atingir um de nós. O prenome pessoal aqui colocado não busca constranger ou afirmar algo negativo e sim alertar, na perspectiva de que mesmo que alguns de nós escapemos a esse mal, o que o causa sempre vai existir e a possibilidade de atingir algum de nós ou um ente querido é grande. Isso ocorreu e ocorre em diferentes sociedades, e a nossa não é exceção. Sim, o suicídio, que é histórico, nos mostra o quanto estamos ligados ao passado. O tempo continua fazendo vítimas e nos proporcionando condições de interromper a dor e com isso o suicídio.

Diante do esclarecido, a morte de alguns se efetivava por sua própria vontade ou desespero. Sendo que quando falamos de desespero não falamos de vontade, mas sim de indução. O indivíduo não encontra condições mínimas para se manter ou se desvincular da contradição que viver no social.

As pessoas aceitam conviver com os casos de suicídio e não ativam os recursos da razão para voltar sua atenção aos diferentes motivos que levam ao mesmo desfecho. Todo e qualquer problema, por mais diferente que seja, quando leva à morte voluntária, encontra explicação e adjetivos de caráter negativo diferentemente do passado, quando alguns suicidas

ganhavam notoriedade social. Em muitos dos casos essa importância não era atingida em vida, sendo privilégio de poucos depois da morte (MINOIS, 1998, p. 13 a 15).

A sociedade medieval mostrou a força de uma ideologia, a mentalidade religiosa levou à excomunhão de muitas pessoas, vivas ou mortas, retirou o gozo do benefício espiritual difundido no seio da sociedade como consolo para uma vida difícil pois, no período, o diabo era usado como justificativa para todos os problemas, tornando desnecessário combater as causas reais dos mesmos. Ação semelhante à do contemporâneo, exceto pela figura do diabo, estando em condições diferentes no espaço e no tempo.

Tratar as causas do suicídio seria a melhor ação em oposição à omissão que ocorre de fato. Ao manter a continuidade do modelo atual o todo continua não sendo base da sociedade, indo em sentido contrário da ética e da moral que rodeia ou resguarda a vida em sociedade. Para os homens da Idade Média, Deus era o centro de tudo, diante de tanto sofrimento ele servia para consolar. Este é o fundamento difundido na Igreja Católica Romana. Na atualidade, o homem continua sob influência das instituições religiosas, também no que se refere aos casos de suicídio.

Independentemente da quantidade de casos de morte voluntária, a coerção social se faz presente em diferentes sociedades em seu respectivo tempo. As vítimas, sejam como forem, demonstram insatisfação com a vida que levam. Situação que é agravada no indivíduo que chega no mundo como um papel em branco que vai ser preenchido sob um modelo cultural estabelecido. Ao condicionar o sujeito à sociedade, a ideologia já começa a agir no recém-chegado de forma que seu sofrimento atenda aos interesses de poucos. Fato que se mantém, pois, a transformação do indivíduo e da sociedade se possibilita na ação daquele que trabalha de fato, e não daquele que vive do privilégio.

Para os homens do Medievo, Deus foi o centro de tudo. Assim, o sofrimento se perpetuava. Os homens que potencializaram mudanças e buscavam obter condições para promover a vida, deixam de fazê-lo. Isso indica grande a incoerência do que é dito em relação ao que é praticado. A coerção social predominou e ainda predomina. Os que não são abstraídos pela coerção são forçados a cada momento a desacreditar em uma possível mudança de comportamento, em face de tanta insensibilidade motivada pela busca de materializar privilégios e vaidades.

O critério para caracterizar uma morte como suicídio passava diretamente pelo crivo da autoridade eclesiástica. Fato que apresenta alguma possibilidade quando relacionamos a outros trabalhos de historiografia e cinematografia. Como exemplo de obra de referência, podemos citar *Lutero*. O filme trata da história de Martinho Lutero, homem que buscou se



libertar da ideologia dominante e almejou um mundo diferente daquele que lhe era imposto. Em seu tempo, era visto com desprezo pela maioria de seus pares, pois buscou colocar em prática uma ação que dirimia o sofrimento provocado pelo fato de um indivíduo não conseguir alterar o sentido dado por outro à própria vida. O sofrimento é coisa de Deus, porém aqueles que atendessem a alguns pedidos poderiam ter sua condição alterada não no mundo físico, mas no espiritual, que só conheceriam após a morte. O sofrimento alheio é amenizado por mais sofrimento. A indulgência, questionável no presente, mas com muitos adeptos no período, é um bom exemplo do que falamos.

A moral corrompida em favor de atender aos prazeres da carne, como luxúria, vaidade, poder, obtenção de joias e terras, são ideias possíveis de serem abstraídas dessa obra que discorre sobre a época – o filme *Lutero* (LUTERO, 2003). Eduardo Stefani – o diretor do filme – apresenta o quanto a moral e a ética humana podem ser esquecidas na busca pelo prazer. É um exemplo do que existe no cotidiano de uma sociedade com belo discurso em benefício da vida em coletivo e os resultados dessas ações, atendendo a prazeres de indivíduos ou de pequenos grupos.

Sabemos pela historiografia da época que a maior parte da população vivia em condições difíceis no que se refere a conhecimento científico, obtenção de alimento e enfermidades. Diante disso, entendemos que aqueles que podiam ler e escrever tinham uma condição mais favorável. Isso porque podemos pensar que só estudava aquele que poderia ter a vida garantida por outro, não necessitando realizar diretamente sua própria manutenção. Situação diferente do comum para grande número de integrantes da sociedade. Assim, o imaginário religioso com sua limitada correção moral, obteve poder e riqueza, além de conduzir a sociedade por muitos séculos.

A obra em questão, que também que descreve a vida de Lutero, demonstra que os homens valiosos eram aqueles que se entregavam à comodidade da religião e dos prazeres materiais. Valor religioso e moral que pouco ou nada limitou as ações, e acabou por garantir a manutenção e incoerência dos homens. Aqueles que teoricamente deveriam agir em favor do coletivo (eclesiásticos) se orientavam apenas em seu favor e de sua instituição. Os homens que mesmo estando em condições favoráveis no período não deixaram de ser indiferentes ao sofrimento do outro, pois disso vinha sua boa vida. Parece que a ambição dos dirigentes da sociedade é incessante, e ser dirigente é o meio para fazer vigorar um mecanismo que há muito vigora, garantido uma prática que ainda não se alterou.

A morte voluntária foi tratada como crime, embora as penas previstas não atendessem aos mesmos propósitos. O dirigente a utilizava como exemplo de morte louvável ou repudiava pela sociedade.

Voltando à Idade Média, as penalidades já mencionadas serviriam, entre outras coisas, de exemplo para que outros não se voltassem contra a ideologia do regime vigente. Mas, em alguns casos, os governos chegavam a explorar o suicídio como ato heroico, festejando a morte e dando glória a ação heroica de homem valioso. Ao escolher a morte como forma de frustrar o inimigo ou escapar da humilhação social, esses suicidas tinham suas mortes apropriadas pelas autoridades para fortalecer o regime. Esta pode ser uma demonstração clara que as coisas ganham notoriedade positiva ou negativa de acordo com os interesses das autoridades envolvidas no caso.

A morte voluntária passou a ser caso de justiça, forma encontrada para amenizar o mal provocado aos envolvidos no fato. A falta de critérios para a morte como derivada de suicídio e a falta de defesa da família confrontando a punição imposta eram, de fato, revoltantes. A questão é inquietante, pois pode se verificar que até um simples afogamento era transformado em caso de morte voluntária, mediante a constatação da existência de bens materiais.

Aspectos ligados à vergonha, sofrimento, amor, honra, falta de recursos e outros têm sido usados com frequência para explicar ou justificar o feito, motivos banais e inexatos para justificar o suicídio não faltam em nosso tempo. Na Idade Média – assim como em nosso presente – existe a ideia de desprezo por aqueles que não agem a favor da ideologia da subjugação do semelhante. Quando ocorre uma relação econômica, por exemplo, e uma das partes não cumpre o que foi acordado, a crítica não recai sobre aquele que lesa o semelhante no aspecto material e moral e sim sobre aquele que é lesado. É muito comum a situação em que um sujeito é passado para trás e é julgado pelo outro, que ainda lhe adjetiva negativamente como sendo ele o responsável pelo erro na relação por seguir a moral da boa-fé.

A ideia cristã se caracterizou entre tantos outros aspectos, pela dualidade que respaldou preceitos e dogmas da religião. Alguns autores defendem isso como uma forma de pensar e agir no mundo que levou e leva o homem a dar um sentido à vida e à morte. Exemplificando: o homem saudável que vai à busca de riqueza e prestígio e que, após conseguir esses objetivos – enquadrando-se a uma minoria da população – se vê doente e começa a buscar readquirir a vitalidade perdida.

A manutenção de vida parece banal, mas se nos deparamos com a realidade das diferentes sociedades, veremos que a existência e a sobrevivência sempre foram o foco do

homem, só em uma minoria de casos a morte era tida como solução. Alguns grupos indígenas por exemplo, optavam por essa ação com a finalidade de proteger o próprio grupo e o próprio indivíduo. A limitação física traria grandes dificuldades para a manutenção da vida em um ambiente inóspito. Ainda assim, viver sempre foi o norte dos homens.

Se anteriormente as causas que levavam à morte voluntária não apresentavam fontes passíveis de prover pesquisas, hoje já é possível alterar esse desfecho. George Minois, ao escrever a obra *História do Suicídio*, nos leva a concluir que um dos motivos para a efetivação do fato é o sofrimento. E sabemos que este tem diferentes causas, como Minois exemplifica: miséria, vergonha, honra violada, velhice, doenças (MINOIS, 1998).

De qualquer maneira, o fato de casos de suicídio terem virado caso de justiça durante a Idade Média, além do que já dissemos, demonstra também o quanto o interesse dos dirigentes de uma sociedade em impedir que falte efetivo para garantir a continuidade de um modelo que depende do subjugado. Posto isso, seguiremos nosso trabalho, demonstrando como esta visão acerca do suicídio muda com o passar do tempo e é analisada na contemporaneidade como um problema social – embora a desigualdade persista como um elemento fundamental em nossa análise do tema.

## Capítulo 2: O suicídio na contemporaneidade – da desigualdade social ao descarte do indivíduo

### 2.1. Rousseau, Marx e Durkheim: o suicídio como problema social

Se na Idade Média e no início da Era Moderna, o suicídio é visto como um crime que destitui o suicida de seu patrimônio para a herança – além de o tornar excluído da sociedade vigente – há pensadores que tratam este tema de maneira mais ampla desde os séculos XVIII e XIX, apontando outras questões que são importantes na análise do suicídio, colocando-o como um problema que não diz respeito apenas ao indivíduo, mas sim, à sociedade. Selecionaremos inicialmente elementos de três deles: Rousseau, Marx e Durkheim. Cada um deles, a nosso ver, expõe uma crítica à atribuição de culpa ao indivíduo suicida, inserindo-o em um contexto social mais amplo, em que a desigualdade não deixa de ter importância.

A desigualdade foi muito bem colocada pelo filósofo Jean Jaques Rousseau em seu pensamento, a partir do conhecido exemplo da obra *Emílio ou Da Educação*, em que o autor afirma: “Que saiba que o homem é naturalmente bom e julgue o próximo por si mesmo; mas que veja como a sociedade deprava e perverte os homens” (ROUSSEAU, 1995, p. 267). Mesmo que o filósofo afirme em sua obra *Discurso sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade entre os Homens* não ser mais possível voltar às condições do surgimento da sociedade, não devemos acreditar que essa condição não possa ser modificada. Credo em tal negativa, estaríamos indo contra a nossa própria condição humana: a perfectibilidade, ou capacidade do ser humano de se aperfeiçoar, e a necessidade, que se refere à propensão do ser humano a mudanças.

Ao levantar a questão, passamos antes pela forma que a sociedade se organiza porque a origem da desigualdade, conforme afirma Rousseau, tem origem na formação da sociedade e se estruturou sob o contrato social, que potencializou o desequilíbrio material entre os homens. A falta cometida pelos grupos dirigentes vai ao encontro de seus anseios por privilégios. Muitas vezes, esses homens percebem as causas dos males que os rodeiam, mas preferem manter a situação ou não amenizar seus efeitos, pois é desse modelo que ele garante a obtenção e manutenção dos privilégios.

Pensadores colocam que se deve viver para o bem coletivo, sendo a ética e a moral os instrumentos necessários. Forma encontrada para bloquear os efeitos da busca desmedida por prazeres, origem do desequilíbrio que gera a submissão e as práticas danosas. Seguindo a obra

de Rousseau, *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*, ele nos apresenta algumas questões que podem gerar reflexões sobre porque tal modelo continua se difundindo e se adaptando mesmo após gerações e gerações surgirem e desaparecerem.

Levantar a origem da desigualdade humana efetivada na cobiça e na vaidade dos homens é uma das explicações que o autor nos apresenta; o homem passou a explorar o seu semelhante, o que resultou numa vida mais favorável a esses indivíduos, uma vida sem esforço ou superação de seus limites. O indivíduo deixou de superar seus problemas, algo que encontra uma explicação para que os homens do poder não queiram superar essas causas, uma vez que parece ser deles que os seus benefícios se mantém. Vício advindo do convívio em sociedade que se efetiva e persiste por milênios.

Segundo as reflexões de Rousseau, o homem teve a vida alterada com o advento da sociedade. Ao buscar chamar a atenção do semelhante a fim de ser notado, ele experimentou os primeiros sentimentos da vaidade. Potencializado quando esses homens descobriram que poderiam se utilizar de outros talentos para suprir suas necessidades por alimento e ainda usar da falta do outro como meio de submeter o outro à sua futilidade. Ao desenvolver a agricultura, o homem passou a se utilizar do trabalho alheio, o que resultou em uma quantidade de alimento maior do que precisava. Assim, passou a submeter aquele que não tinha o mínimo de alimentação às suas regras, o que foi agravado pelo cerceamento das terras, efetivado no Contrato Social.

Seja o suicídio caracterizado pela tentativa de escapar a miséria, da humilhação ou de frustrar a vitória do inimigo, ele está ligado ao fato de que as pessoas são levadas a acreditar que são diferentes e devem buscar ocupar lugares sociais que supostamente facilitariam sua vida, permitindo-lhes futilidades. A simples negativa do outro, contudo, já o leva a acreditar que é uma pessoa não digna.

A moral e a ética não deixariam de colidir com o princípio difundido pelos filósofos que afirma que a vida em sociedade só tem fundamento quando se coloca em prática sua essência. Os homens devem existir para superar as dificuldades que a natureza lhes impõe ou para superar os obstáculos que nós mesmos nos impomos como sociedade, a fim de ampliar a característica do homem como bom selvagem. Segundo Rousseau, como já dissemos, o homem nasce bom e a sociedade é que o torna mau, corrompido. A sociedade desvirtua o homem por intermédio dos vícios adquiridos.

A historiografia do assunto não deixa muitas dúvidas sobre uma realidade que é impossível de ser reproduzida no presente e que não pode ser negada. Karl Marx, por exemplo, em sua obra intitulada *O Capital*, nos afirma que uma sociedade é compreendida por meio de seu sistema produtivo e econômico. Os períodos em evidência neste trabalho se estruturam sobre uma desigualdade social e econômica. Se existe uma organização política que define quem domina e quem é dominado, é evidente que a vida dos dominados está diretamente ligada às escolhas feitas pelos que dominam, na superestrutura de uma sociedade que assim organizasse.

Os valores ligados à ideia de ser valoroso ou não no âmbito das relações social se fazem presente em ambos os espaços. O sucesso - reconhecimento entre os pares - é tido como algo naturalmente desejável. Por outro lado, é subjugado aquele que não segue o mesmo preceito. Não se trata de algo natural, pois diante da obtenção de privilégios é estratégico fazer aquele que lhe privilegia acreditar que está fazendo a melhor escolha para o todo.

O modelo social sustenta a incoerência de inferiorizar aquele que carrega a sociedade e supervalorizar aquele que é carregado. A ideia de sermos virtuosos, seja para o bem ou para o mal, advém diretamente da consciência coletiva. Desse dualismo gerado se efetivam as ações dos indivíduos. O ser é involuntariamente influenciado e incorpora os resultados nas práticas do seu cotidiano. Em muitos casos, racionalizados ou não, passamos a estar numa condição boa ou ruim conforme o olhar do outro. Falamos de aspectos éticos da humanidade.

Se formos orientados pela ideia de que o imaginário do homem segue condutas estabelecidas em sociedade e que ele não tem, como indivíduo, o controle, poderia o homem deixar de usar o inconsciente? O caso em análise apresenta algo que o consciente coletivo não pode explicar e que o inconsciente exprime em forma de inquietação. Inquietação esta que tem atingido muitos dos que buscam refletir sobre a própria existência. O sujeito se pergunta sobre a razão de viver em um mundo antagônico. Fica evidente que o mal não o dominou, mesmo que o inconsciente não possa ser transformado em consciência espontaneamente.

Se não é possível alterar este estado, pode muito bem ser aceito que o indivíduo que optou pela morte voluntária não se sujeita ao modelo e prefere se retirar da vida a reforçar o modelo e ajudar a ampliar seus danos. A obtenção de privilégios em uma organização que se estrutura em hierarquia social, econômica, política e cultural, corrompendo a muitos em sociedade, é questionável.

Em algum momento serão feitas escolhas, e o resultado de algumas delas não se poderão conhecer. No modelo atual, promove-se o sofrimento do outro sem pudor. E

posteriormente reserva-se a maior parte do benefício adquirido através da dor do outro para a elite. Em um segundo momento, porém, disponibiliza-se à vítima uma ínfima parte do que ela gerou, promovendo-lhe boa sensação, prazer. Seria mais pertinente à vítima, maior parcela da sociedade, não ter dor a ter um breve momento de satisfação. Seria mais sensato não promover dor e sofrimento ao outro a qualquer outra ação benéfica dirigida ao outro para reduzir o mal anteriormente praticado. Podemos fazer aqui uma referência ao valor cristão da caridade, muito difundida socialmente. Claro que não seria melhor apenas deixar de praticar o ato. Apenas se deve refletir que, deixando de usurpar as oportunidades alheias, não se necessitaria fazer caridade. Deixando de explorar o semelhante não ocorreria concentração de recursos, o que eliminaria a promoção da vaidade, soberba e os abusos que levam o ser a provocar o estado de sofrimento no outro e em si mesmo.

Falando mais tecnicamente, a quantidade de alimentos produzidos no século XVIII se mostrava insuficiente para alimentar as pessoas. Hoje, é fato que conseguimos produzir mais do que necessitamos. Superamos esse problema e ainda vemos pessoas para quem a ideia de três refeições diárias parece utópica. A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura busca combater a fome e a pobreza. Seria isso o indicio daquilo que aponta Jean Jacques Rousseau como sendo o mecanismo para sujeitar os indivíduos a atender interesses de uma camada dirigente? Se por um lado é difícil afirmar que a necessidade é geradora de riqueza, por outro não podemos negar que a necessidade e a ambição têm levado os indivíduos a se sujeitar às mais diversas situações para alcançar seus objetivos. Seja se manter ou acender socialmente.

Minois coloca que a classificação das mortes voluntárias passa a ser aceitável entre os estudiosos do tema. Ao apresentar as diferentes condições que um suicida pode ser enquadrado segundo o estudo do sociólogo Durkheim, que levanta que a maioria dos casos tem uma causa comum que advêm do interior da sociedade, o que ele chama de Fato Social. Sabendo disso é possível aceitar a ideia de que as diferentes sociedades, dada as especificidades de tempo e espaço, tenham e tem atuado sobre os indivíduos de maneira decisiva no caso do suicídio, por meios direto ou indireto (MINOIS, 1998, p. 19).

O suicídio anômico acontece quando o indivíduo não consegue se encaixar nas regras sociais, seus objetivos de vida não são com elas coincidentes, sendo a morte uma maneira de escapar de tal conflito. Todo ser, sendo parte do universo está relacionado com o resto do mesmo, sua natureza e a maneira como a manifesta não depende somente dele, mas também dos outros seres. Portanto, o universo ou Estado ou sociedade o contém e o regula. O homem

tem como característica a constante de que o freio ao qual está submetido não é apenas físico, mas moral, isto é, social. Como assinala Émile Durkheim:

A sociedade não é apenas um objeto que suscita, com intensidade desigual, sentimentos e atividades dos indivíduos. É também um poder que os regula. Há uma relação entre a maneira pela qual se exerce essa ação reguladora e a taxa social dos suicídios [...] De fato, se as mortes voluntárias aumentassem, porque a vida ficou mais difícil, deveriam diminuir nitidamente quando a prosperidade fosse maior. (DURKHEIM, 2004, p. 188-189)

A sociologia utilizada por Durkheim demonstra que os fatos e atos não podem ser atribuídos isoladamente ao indivíduo, porque os fatores (causa e consequência) do suicídio são aqueles que se fazem sentir na sua ação, sobre o conjunto da sociedade. A taxa de suicídio é o produto desses fatores. Os motivos que levam à ação (morte voluntária) são a consequência desses no grupo.

Diferente da sociologia, a psicologia busca investigar as causas – como o temperamento do suicida, seu caráter, seus antecedentes, os acontecimentos históricos privados que culminaram em sua vontade. E é a partir disso que o psicólogo passa a agir, não sobre o indivíduo isolado, mas sobre o grupo.

Os suicídios ocorreram seja eles de forma direta ou indiretas no período, segundo o modelo de Durkheim: “O suicídio é todo caso de morte que resulte, direta ou indiretamente, de um ato, positivo ou negativo executado pela própria vítima e que ela sabia que deveria produzir esse resultado” (DURKHEIM, 2004, p. 103).

Anos depois, o também francês Émile Durkheim, considerado um dos pais da pesquisa epigenética, ou seja, a compreensão das interações entre DNA e fatores ambientais que incidem sobre o organismo durante a infância, alterando a expressão de alguns genes por toda a vida, sugeriu que tais fatores estivessem associados ao comportamento suicida.

O desprezo à condição do cônjuge (viúva que perde o provedor da família), a velhice e a vergonha de ser julgado pela sociedade, ou mesmo a simples suposição de adquirir um aspecto negativo da sua pessoa no convívio social, levam o indivíduo a renunciar a vida, coisa que certamente não se verificaria em uma vida orientada para o ser. Quanto ao suicídio altruísta “há, portanto uma recompensa social ao suicídio que é por isso mesmo incentivado e a recusa a esse prêmio tem os mesmos efeitos que um castigo propriamente dito, embora em grau menor” (DURKHEIM, 2004, p. 172).



A ideia de ter ficado na miséria ou os sentimentos carregados de presunção da humilhação servem a uma ideologia que busca subjugar o outro como fizeram os estrangeiros que desembarcaram nas terras de Santa Cruz. Entre os intelectuais a morte voluntária tem vários motivos, mas escapar ao julgamento do outro é o mais constante.

[...]dado que os atos morais como o suicídio se reproduzem com certa uniformidade, não só igual, mas superior, devemos do mesmo modo admitir que dependem de força exteriores aos indivíduos. [...]não há no mundo outro ser moral além da sociedade, impõe-se que seja sociais. [...], o que importa é reconhecer a sua realidade e concebê-las como um conjunto de energias que, de fora, nos determinam a agir, assim como o fazem as energias físico-químicas cuja influência sentimos. (DURKHEIM, 2004, p. 246)

Tudo quanto o indivíduo possa fazer de maneira espontânea ou não o outro desenvolve juízo de valor e, por algum motivo, pode ser levado a não aceitar e ainda buscar infligir um mal-estar naquele que é o foco do julgamento.

Os motivos que geram sofrimento no indivíduo são variados, mas o que se apresenta em comum são as causas. A busca por uma posição de importância em relação ao julgamento do outro e, com isso, uma vida regrada pelos benefícios do esforço coletivo. A ideia se enquadra no que defende Durkheim, na afirmação do resultado gerado pela ação da coerção social, pois o olhar do outro se faz presente no indivíduo, está diretamente ligada ao outro não por um fio que pode ser visualizado, mas por algo percebido.

No século XIX, o sociólogo Emile Durkheim voltou sua atenção às causas sociais de suicídio. Buscou compreendê-las através dos motivos que induziam o sujeito a efetivar a morte voluntária de maneira direta ou indireta. Lembrando que antes de seus estudos, em todo e qualquer caso se depositava a culpa em elementos imateriais, como loucura ou diabo. Também se potencializavam os efeitos nos indivíduos que buscavam refutar ações e ideias que reforçassem os agentes causadores de sofrimento, o que era aceito como algo natural. Isso pode levar homens com uma disposição moral e ética a florada a compreender que se a sociedade se estruturou sobre privilégios, ao encerrar isso ela seria reduzida ou eliminada, enquanto o índice de sofrimento diminuiria. Assim, parece que encerrando a existência de privilégios excessivos, a cada qual caberia assumir sua parte de sofrimento que a própria existência lhe impõe, sem gerar um excesso que leve outro indivíduo a desvincular-se da vida por não suportar a condição de sofrimento em demasia. O excesso de carga dado para muitos a fim de garantir que poucos tenham privilégios leva à exaustão esses muitos, e alguns desses não se contentam em conviver com um modelo social sem questioná-lo.

Durkheim, quando apresentou o fato social como explicação provável para os casos de suicídio, já suspeitava que não houvesse tratamento que fosse eficiente se não se combatesse a causa. Assim, qualquer ação seria paliativa, não adiantando tratar o indivíduo separadamente quando a sociedade está doente. A solução, portanto, passa pelo tratamento da sociedade. Isso não acontecendo, o antígeno que causa o suicídio vai certamente encontrar novas vítimas, e vamos ter que conviver com o ato, esperando que o próximo não seja um de nós. Ao não questionarmos os rumos dados pelas elites dirigentes, teremos que viver com os casos de suicídio. E só vamos nos atentarmos à informação que se tenta passar através do ato quando a vítima for um de nossos entes queridos.

Durkheim afirma que a sociedade estaria ameaçada se o suicídio se tornasse uma prática constante. Ele deixou de pontuar, contudo, que a vida em sociedade parte da premissa da ajuda mútua, do empenho de todos, para a melhoria das condições de vida de todos que da sociedade participem e não de poucas pessoas como costumamos ver nas diferentes sociedades que a historiografia narrou. Portanto, a ameaça à sociedade não se encontra no ato do suicídio, e sim no ato de explorar o indivíduo a ponto de leva-lo a concluir que, se essa é a vida que lhe cabe, é melhor não viver.

Postas algumas afirmações destes autores e suas concepções acerca do suicídio como problema social entre os séculos XVIII e XIX, o que teria mudado na contemporaneidade no que diz respeito à visão geral sobre o suicídio? Vejamos como se dá esta questão na atualidade.

## **2.2. O suicídio na contemporaneidade: a desigualdade e o descarte do indivíduo**

O contemporâneo passou em se pautar em uma ideia de descarte. Se antes o modelo social forçava o outro a viver, agora a ideia é que se pode substituí-lo. O que pode ser considerado como um agravamento no tratamento de tal questão social, baseado na afirmação da existência de um mercado de reserva, que substitui aqueles que não se enquadram no modelo em vigor. O que é estranho, pois passadas tantas gerações, a ideia se manteve no sentido de reforçar um modelo que subjuga o indivíduo, e que está estruturado nos valores da sociedade ocidental. A ideia de que alguns nasceram para mandar e outros para ser mandados parece perpetuar. Podemos constatar grande semelhança na forma de agir e pensar nesse aspecto.

É possível que se identifique, na escrita da História, a existência de uma ideologia de inferioridade que há muito se espalha: entre a sociedade que vivera sob uma cultura colonizadora e o colonizador ocidental, não há uma mesma origem. Em experiência pessoal, me deparei com a afirmação de uma colega de que o assunto da morte voluntária deve ser tratado com cautela. Afirmação que já pode nos apresentar uma reafirmação da ideia difundida de subjugar para manter um modelo vigente há muito tempo. Aceitar um modelo que deprecia a maioria da população em favor dos privilégios daqueles que projetam seu valor e interesses na sociedade incorporada. Não discutir o que levara ou leva o indivíduo a tomar tal ação só favorece a manutenção de um modelo que não pensa o todo e só parte de seus integrantes.

Segundo alguns cristãos, o assunto não deve sequer ser levantado, pois isso poderia causar mal à sociedade. Em oposição a essa atitude, existe o pensamento de que é melhor termos a corrupção denunciada a somente casos abafados. Parece evidente que uma ação não poderia ser comparada à outra, já que um ato de suicídio, em primeira análise, não tem nada em comum com um ato de corrupção. Mas, analogicamente, o paralelo pode nos levar a uma melhor compreensão quanto a causas. Ao criar o desconforto apontando as contradições de uma forma de vida que não se estrutura para o todo, acabamos compreendendo um desfecho danoso, em especial para aquele que percebe e não aceita os males causados pelo modelo subjugador.

Durante algum tempo se acreditou que não saber a verdade - os verdadeiros motivos causadores de uma ação danosa a muitos - traria melhores resultados para o coletivo. Entretanto, notamos que a ideia de não conhecer a realidade deixa de gerar novas condições, pois resultaria em outras escolhas. Nas ciências humanas e nos escritos daqueles que buscaram compreender a existência do ser humano, a primeira ação para superar os males é torná-los conhecidos, sendo este o caminho para chegar a uma solução possível ou reduzir seus danos.

As novas teorias do estudo de História nos levaram a compreender como as coisas estão organizadas. Aquilo que se difunde na narrativa histórica parte de um núcleo central e que tem a prerrogativa de ser usado como instrumento de distinção do que seria mantido na memória de um povo. Isso atende a interesses de uma camada dirigente da sociedade, que obtém seu privilégio na negligência, ao não sanar as causas que levam os homens ao desligamento do mundo físico. Garantem, assim, a manutenção e reprodução do modelo forjado no desequilíbrio entre as pessoas com a pretensa – ou declarada – finalidade de desencorajar esse tipo de morte, o que demonstra que tudo se ligava a um fim: manter esse

homem sob as mesmas condições para atender ao grupo dominante, a elite. Algo no mínimo paradoxal, porque se a morte voluntária não fosse reprimida, punições materiais e sociais poderiam até mesmo extinguir essa elite.

Diante as condições de vida, a divulgação dos casos tornaria a vida social incerta, bem como a manutenção da sociedade em seu estado atual. E é de fato possível de concluir que as condições que teríamos não seriam as mesmas. Isso porque se não houvesse quem vivesse de privilégios, como vemos em nossa historiografia, o sofrimento alheio poderia vir a ser um bloqueador natural dos indivíduos, já que ao compreender o quanto é doloroso viver sob essas condições, o próprio opressor limitaria os feitos do mal que provoca ao buscar consolidar a sua ambição e vaidade. Em especial, quando nos deixamos guiar pela premissa da solidariedade entre os indivíduos, no contexto de desigualdade que vivem os homens, a vaidade é responsável por afastar pessoas e conseqüentemente distanciar o ideal da vida harmônica.

O que se pode tirar disso é que a manutenção de um modelo que não se regula na solidariedade entre os indivíduos não permite que as pessoas vivam uma vida de maneira equilibrada - preenchendo todos os aspectos que circunscrevem a vida de um homem - e as dificulta na tentativa de fazê-lo. A vida em sociedade sob esse modelo, entretanto, tende a continuar a ser reproduzida, sem prover condições para que possamos superar os verdadeiros causadores desse mal (o sofrimento) que leva o ser ao desespero.

É possível que as coisas não mudem, uma vez que a solução vem a colidir com o interesse direto do modelo de vida coletiva que se estrutura no sofrimento alheio. Pautado pelo ensinamento que a História pode apresentar, os registros indicam que a morte voluntária era um acontecimento cotidiano. Uma recusa velada a estar no mundo sob as condições impostas. Diversas sociedades não deixaram de utilizar a vigilância e a punição como mecanismos de coação para evitar possíveis danos à coletividade. (FOUCAULT, 2002)

Diferentemente do que ocorria na Idade Média, em nosso tempo notamos mais artifícios para esconder a verdadeira razão de um indivíduo a findar sua existência. O que observamos com frequência são indivíduos em diferentes condições praticando o ato, por diferentes motivos. Em comum, verificamos uma busca constante de superar a dor e a desesperança.

A psicóloga Blanca Guevara Werlang, da PUC do Rio Grande do Sul, em sua tese, afirma que: “O suicídio é compreendido como a melhor solução encontrada pelo indivíduo para escapar de uma dor psicológica insuportável” (WERLANG, 2000, p. 112). Trata-se de um ato com grau elevado de complexidade que, apesar disso, continua sendo compreendido

de maneira pontual. Quanto mais complexa a vida se torna, mais distanciada a visão e percepção da sociedade, sendo conduzida para longe do núcleo do problema.

A sociedade criou tanta divergência entre os seus que a desigualdade material, base dos vícios sociais passou a ficar encoberta por problemáticas que foram criadas posteriormente, concentrando a atenção em questões relativas a grupos, gênero, raça, cor, povos e outros. Entretanto, como afirma Rousseau, a desigualdade natural não causou tanto mal quanto o efeito causado pela apropriação da terra e posteriormente do trabalho alheio. O resultado gerado pela submissão do semelhante levou a uma busca incessante pelo poder. Meio pelo qual um homem pode controlar a vida e o destino do outro. A dominação pela força e pela necessidade é bastante difundida pela sociedade ocidental nas narrativas de seus feitos.

Entre o que é levantado e o descrédito que o modelo apresenta podemos, em algum momento, ser levados a olhar de maneira mais humanizada a questão. A Revolução Francesa, de 1789, buscou refutar a ideia de desigualdade, motivada pela situação de necessidade extrema da população em oposição à vida de privilégios da realeza e da nobreza. Na vida prática desses homens, o povo, pouco mudou no aspecto material - igualdade de recursos materiais para a vida na sociedade - mas de certa forma foi possível controlar ou reduzir o poder do Estado na ampliação da desigualdade. O que nos levaria a pensar se não poderíamos viver situação semelhante na atualidade. A luta incessante por direitos sociais, individuais e outros é um indício de que sim. Alguns insistem em garantir seus interesses e privilégios na ausência do benefício que o outro teria, tendo a seu favor a ideologia da desigualdade. A pouca compreensão do modelo herdado nos leva a viver sob um molde que não é discutido ou refletido. Agimos apenas de forma paliativa, adaptarmos acessórios para tentar harmonizar os resultados. Temos a atenção voltada a diferentes temas superficiais e deixamos de mudar o molde que originou o modelo forjado da falta de recursos de toda natureza para muitos visando gerar excesso para poucos. Deste modo, é lógico deduzir que a vida sem aquele que tem pouco e realiza muito impossibilitaria a continuidade da vida prazerosa daquele que muito tem e pouco faz. A vida prazerosa dessa minoria a prende diretamente à vida da maioria e ao formato social que favorece tal dinâmica.

A morte voluntária, com a qual convivemos e à qual reproduzimos críticas severas relativas ao indivíduo que a pratica, deveria ser vista como um sinal de alerta e crítica ao modelo imposto. Assim, concentrar esforços nas causas e buscar novas possibilidades poderia ser um bom começo, pois temos condições diferentes daqueles que no passado seguiram ao modelo. Mesmo que os indivíduos tenham deixado de pensar de forma coletiva e passem a

seguir ideias de valorização do indivíduo, isso não ocorre de maneira espontânea, já que a condição de vida de uma pessoa é resultado do conjunto da sociedade e não de forma direta pelo indivíduo.

É pertinente lembrar, ainda, daquele que mesmo dando a contribuição que lhe cabe socialmente não consegue viver de maneira digna, porque os benefícios consolidados, frutos do empenho coletivo, são direcionados ao desfrute de poucas pessoas. Esse modelo, como já dissemos, é pautado na falta de equilíbrio. Quando alguém escolhe o suicídio demonstra que o que lhe é ofertado para viver não vale o sofrimento vivido.

O historiador, neste caso, depara-se com uma situação de anacronismo, pois só conseguira apresentar incoerências partido da posição no tempo que vive e, assim, identificar os possíveis danos. A leitura de uma realidade em diferentes tempos e espaços pode inviabilizar a pesquisa para algumas correntes historiográficas. No entanto, os *Annales*, escola francesa que coloca novos parâmetro para a historiografia mundial, apresentam possibilidades, uma vez que mesmo que não possa compreender os acontecimentos de maneira fática, pode afirmar uma verossimilhança.

Aquele que tem pouca vivência de situações de suicídio pode até aceitar justificativas pouco esclarecedoras, o motivo como justificativa. A falta de convivência com o suicida ou o simples comportamento de se negar a refletir o acontecido alimenta valores negativos ao ocorrido e afasta de muitos uma crítica elaborada do acontecimento.

Aqueles que conviveram com o indivíduo são tomados, em primeiro momento, pela melancolia, incompreensão da ação e só posteriormente conseguem se libertar e questionar que sobre motivos pontuais do indivíduo para se desligar das pessoas que ele ama. O desespero é muito utilizado para explicar o ocorrido. E a causa que realmente provocou o ato, mesmo entre esses, raramente é discutida.

Uma questão que deveria ser constante no horizonte da vida humana é o equilíbrio em todos os aspectos que circunscrevem uma vida saudável. Entendemos o quanto é complexo colocar isso em prática, principalmente se pensarmos que a desigualdade por si só é condicionante para o desequilíbrio. O modelo social atualmente seguido é estruturado no desequilíbrio, o que se observa na busca por poder que constantemente na sociedade. Ter a “última palavra” é um mecanismo utilizado para garantir que as coisas vividas no coletivo pendam para um lado mais do que para outro.

O equilíbrio tende a atender todos aspectos da necessidade do homem e garantir que ele possa ter discernimento do que a vida lhe oferece de concreto. Isso poderia ser

concretizado se escolhêssemos seguir uma conduta orientada na ética e na moral mesmo que, às vezes, em detrimento do que é imposto como legal.

O legal é algo imposto, e busca garantir que a vida em coletivo se estabeleça e seja possível. O que pode não ser pertinente aos olhos do suicida, que mostra não querer participar do modelo legal de sociedade que ele não construiu e com o qual não compactua. A vida que lhe foi imposta não lhe foi coerente, tanto que busca retirar-se dela. Quando o mais justo (racional) é aproximar o pêndulo do centro e o que temos é ele posicionado em um dos extremos, parece se tratar uma decisão pragmática que objetiva não efetivar a estabilidade do pêndulo, constantemente tencionando-o para um dos lados.

O descrédito numa mudança leva, por vezes, o familiar do suicida a assimilar o sentimento de culpa, por não ter podido evitar tal acontecimento. Solucionar o motivo pontualmente poderia parecer uma resolução do problema, mas isso não garantiria que outro motivo surgisse e motivasse o ato.

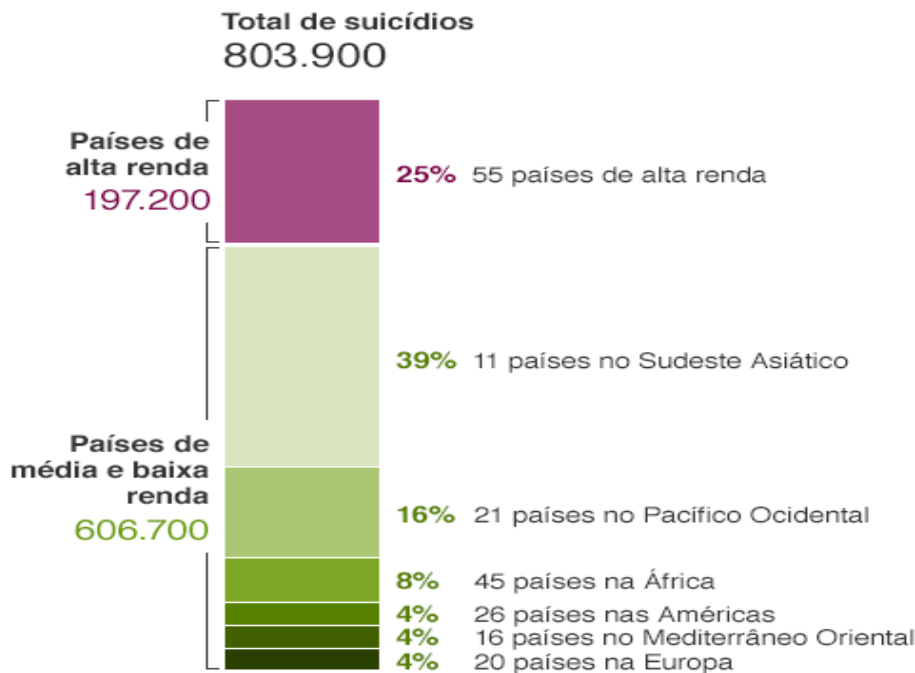
Importante falta de moral circunscreve os acontecimentos: O morto não pode argumentar sobre os motivos levantados. Preferem colocar justificativas pontuais a produzir questionamentos sobre os quais realmente se possa debruçar e apresentar as possíveis causas do fato.

Diante dos diversos motivos que se utilizam para justificar um acontecimento dessa natureza, é notória a facilidade de atribuir a culpa aos indivíduos e refutar qualquer ligação com um modelo de vida que é incorporado há milênios a pessoas e grupos. Por outro lado, o assunto nunca é resolvido ou sequer debatido de forma harmônica e consensual.

O indivíduo, mesmo que perceba incoerência no motivo difundido não encontra subsídios para o distanciamento do valor negativo atribuído ao ato, que persiste ainda no século XXI. Até o século XVI o suicídio era uma questão religiosa ou filosófica, condenado ou glorificado dependendo de circunstâncias e conveniências. Em meados do século XIX, o francês Jean-Étienne Dominique Esquirol afirmou que a tentativa de se matar era produto de doença mental.

Hoje se sabe que apenas 15% dos deprimidos tentam o suicídio. A chave para o mistério está no que os especialistas chamam de binômio impulsividade/agressividade; um traço de personalidade que também tem forte caráter hereditário, mas cuja carga genética é independente daquela associada à depressão. Como resume José Manoel Bertolote: “junte na mesma pessoa depressão, impulsividade/ agressividade e adversidades da vida e você tem um suicida em potencial” (CHRISTANTE, 2010).

## Distribuição regional de suicídios em 2102



Fonte: OMS, 2014

BBC

Fonte do gráfico: (PERASSO, 2015)

O suicídio é fato constante nas diferentes sociedades que desenvolveram, em comum, a desigualdade material entre os indivíduos. Porém, os números mostram que a renda é determinante no assunto. Os dados nos apresentam o fenômeno do sofrimento, mas também nos alerta para a quantidade de pessoas que estão se desfazendo da vida por não conseguir adaptar a um modelo predador. Como já foi dito, uma minoria vive do bem que o outro pode oferecer e em seguida retira dele a condição de usar o que foi construído coletivamente

Sobretudo uma sociedade com grande nível de complexidade, quando não soluciona seus males, acaba por deteriorar-se. A vida em sociedade se estrutura nas ligações entre os indivíduos que a formam. Assim, no contemporâneo, o cotidiano nos revela alguns casos de suicídio, seja em forma oral, relatos de jornal, reportagem televisiva, narrativas de testemunha, etc. Atualmente, os meios de comunicação são variados e atingem números expressivos de pessoas, informando, distraindo e manipulando o público. Quanto maior for a quantidade de espectadores maiores serão seus efeitos. No caso de uma ideologia também percebemos esse desfecho. Os casos que recebem alguma atenção da mídia são sempre voltados a curtos relatos e nenhuma indicação da causa, apenas se levanta prováveis motivos ou os danos, quando a ação atingiu de forma direta a terceiros.



Como já dito, verificamos cotidianamente, que quase nenhum caso é repassado pelos meios de comunicação de massa, salvo quando o suicida é uma pessoa em destaque na sociedade. Neste caso, entretanto, buscam desvincular dela a ideia de morte voluntária, apresentando diversas histórias antes que a verdade seja informada, ainda que parcialmente. A morte em si é tratada de forma breve e o assunto só volta a receber outro relato ao tornar pública a divisão de bens ou credores a ser ressarcidos, por exemplo. Existe uma exposição ampla nas mídias sobre tais consequências, uma vez que disputa de bens e assuntos dessa espécie dificultam levantar debates ou reflexões de ordem existencial.

Muitas mortes são noticiadas superficialmente e simplesmente justificadas como acidente ou fatalidade. Sabemos que acidentes de carro matam mais que guerras, indivíduos reagindo a assaltos, pessoas atropeladas, pessoas automedicadas, pessoas buscando superar limites físicos, psicológicos e quando não dão o resultado esperado provocam sequelas ou mesmo a morte. Todas essas mortes, de maneira mais indireta, estão relacionadas ao modelo de sociedade vigente. O que nos leva a um estado de atenção, porque encontramos atualmente uma condição humana mais favorável que as condições de vida do passado, pois temos uma condição instrumental e humana melhor adaptada e refletir a nossa existência, o que deveria nos prover uma vida social menos danosa.

O que acontece de fato é, no entanto, diferente. As condições de sofrimento físico foram alteradas, um exemplo disso é a punição a qual um infrator da lei é sujeito quando vive nas sociedades ocidentais. Diferente do passado, onde a dor era potencializada por mecanismos de tortura, o apenado agora tem perdido sua liberdade. Sabemos que existe a punição psicológica no ato de restringir a liberdade. Contudo, é evidente que as punições que vivenciadas pelos homens da Idade Média nos aproximavam da selvageria. Uma condição que pôde ser alterada por ações de indivíduos que pensaram a existência humana e se indignaram com a forma como as coisas estavam dispostas na vida em sociedade. Alguns vivem a supremacia da vida em coletivo, já outros vivem apenas dos prazeres que a coerção do semelhante pode prover. Porém ambos deixam de conhecer a essência que forja o homem, a superação de si e dos males que ele foi obrigado a viver. No contemporâneo, temos como unânime que a dor é preponderante e ela acompanha o indivíduo sendo potencializada pelo social que a amplia por todas as áreas que o homem possa visitar.

No passado e no presente, punir é pertinente para inibir a realização de alguns prazeres do homem. O efeito de punir, no entanto, a cada dia vai se mostrando menos eficiente, deixando de ser solução possível na ação de limitar o indivíduo. Isso porque ele já nasce punido, por estar sendo privado dos benefícios que foram gerados no todo, mas dos quais ele

não poderá usufruir jamais. O direito e dever para com a vida equilibrada, o fazem assimilar que a falta e a incapacidade apenas lhe oferecem impossibilidade e responsabilidade. Lembrando que não se refere aqui à desigualdade física, a natural, e sim daquela constituída pelo homem.

O sofrimento humano é algo impossível de ser mesurado. Isso por si só deveria nos conscientizar que algo está errado, pois há muito vivenciamos os casos de morte voluntária. O que nos torna duas vezes negligentes. Primeiramente porque sabemos que é da natureza do ser vivo buscar viver em qualquer condição seja ela favorável ou não. E em segundo lugar, quando somos levados pela influência da ideia de necessidade, continuamos reforçando um modelo de vida que se estrutura na desigualdade material entre os homens. Explorar o semelhante não parece pertinente, pois a cada momento as pessoas encontram mais artifícios e mecanismos para sanar os efeitos das punições, enquanto outros aceitam viver punidos. Castigos que se mostram ineficientes em casos como o dos réus punidos com a restrição da liberdade e quando terminam o cumprimento da pena buscam voltar ao cárcere. Um exemplo que levanta desconfiança sobre o molde que gerou o modelo de vida que vivemos. Teria o homem cuja liberdade foi restrita mais liberdade que aquele que tido como livre na sociedade?

Caso comum no contemporâneo se refere ao indivíduo que tentou o crime de suicídio e, por algum motivo, não teve sucesso e segue sendo julgado pelo ato seja na área jurídica ou social. Na prática, o juiz não aplica a pena como sugere o Código Penal, pois qualquer ação que busque agravar a dor física ou emocional só vem a agravar o problema. As autoridades têm entendido que as pessoas que vivem esse tipo de violação da lei não devem ser punidas como se aprendeu com os antepassados - fazer sofrer como forma de fazê-los compreender que a outra situação é melhor que essa que esta que está vivendo. Entenderam que os suicidas devem receber ajuda, e têm cobrado do Estado recursos como apoio psiquiátrico, psicológico, terapias e outros buscando ajudar e reduzir ou afastar o sofrimento presente no suicida e sua família.

Quando perguntamos a um juiz a razão pela qual um suicida não foi punido exemplarmente, ele responde que a punição é utilizada como um mecanismo inibidor, para a lei não ser novamente violada, assim foi ensinado, usar a dor e o exemplo para o ato referenciado acima não garante que isso não volte a acontecer. Hoje, compreendemos como punir uma pessoa que se encontra em tal nível de sofrimento pode ser prejudicial. O indivíduo perde a crença na vida, deixa de achar que o amanhã pode ser diferente, o que por si só causa um sofrimento imensurável e desespero. Ele atentou contra a própria vida, impor mais

privações não traria mudanças significativas, ao menos não positivas. Poderemos ter algum êxito se essa ajuda conseguir alterar sua condição, outro olhar sob o mundo que vive, visto que o modelo social não se altera.

As coisas não seguem regras claras, as questões morais e éticas acabam reforçando uma estrutura que vive de subjugar o outro. Afastando o mundo utópico, ideal. Porque as pessoas insistem em não ver que punir os indivíduos deixou de ser coerente, pois o sofrimento não mais atua como um bloqueador natural para novo ato.

A ideia de não buscar compreender serve mais como indução ao indivíduo a favor da morte voluntária. A vida plena deveria ser para todos e essa união gerar boas condições para todos. Porém sabemos que os conhecimentos que a humanidade adquiriu ao longo do tempo vieram da participação de todos, seja aquele visto com destaque pela sociedade ou aquele que ela rotulou como “bárbaros” em nossa História Antiga.

Nessa linha, não poderíamos simplesmente observar a morte voluntária como algo natural:

Os sentimentos da massa dos fieis são imutáveis. O suicídio guarda para si uma reputação sinistra e diabólica, embora se oponha á confiscação dos bens e à execução do cadáver, a quem procura escapar invocando como desculpa a loucura. Mas é nas classes dominantes no seio da elite intelectual, na aristocracia e na burguesia, inclinado para a escrita, que se assinala a crise dos anos de 1580-1620. [...] Responsáveis pela própria organização social, as autoridades revelam-se duplamente hostis a qualquer legitimação do suicídio. [...] Por outro lado, o suicídio afirma-se uma acusação indireta contra os responsáveis sócio-políticos e religiosos. É mesmo a prova do fracasso para assegurar a justiça e uma vida decente a todos os habitantes. (MINOIS, 1998, p. 144)

É necessário aceitar a vida tal como ela se apresenta? Vale lembrar que mesmo os dirigentes podem se tornar vítimas de suas escolhas e do modo de vida e sociedade ativamente defendidos por eles

Atualmente, também vemos casos em que, respeitando as especificidades de tempo e espaço, temos denúncias que envolvem instituições públicas, empresas público-privadas, empresas privadas e agentes públicos, vindo ao encontro do apresentado: os homens tem se movido no tempo e no espaço descobrindo atos ilegais do ponto de vista legal, moral e ético. Formas e governos são pensados e a situação geral não muda, ou pouco se consegue fazer para interromper ou diminuir seus males. O que salta aos olhos é que todos eles seguem a

lógica de desigualdade entre as pessoas que constituem a sociedade, que não é logicamente uma conclusão ética<sup>1</sup>, que apenas alguns usufruam da condição material que é gerada no todo.

É característico do homem viver a vida e dela incorporar, de maneira consciente ou não, comportamentos de repúdio ou atração em relação ao que é vivido. Para muitos a vida exige uma incessante aplicação de empenho físico e emocional e viver essas situações é necessário para que não refute a vida no coletivo. As exigências colocadas na efetivação da sociedade são diferentes para alguns, sendo quantitativamente superiores para alguns e reduzidas para outros.

A condição humana permitiu abstrair da vida as experiências boas e as ruins, não sendo pertinente que os homens aceitem viver apenas do que lhes faz mal, da desigualdade que causa danos a muitos. Nem que sejam utilizados como alimentadores de um modelo irracional, que promove o sofrimento do outro pelo simples fato de querer garantir o excesso de poucos.

A desigualdade se amplia de forma efetiva no espaço coletivo onde a dor está presente, e aquele que tem suas necessidades com maior urgência se utiliza da forma conhecida para sanar sua falta. Mantendo o potencial do vício esse resultado de aberração incorporado e fixado no ser. O sofrimento é uma das causas conhecidas para o suicídio, então devemos pensar na razão pela qual não eliminamos ou amenizamos essa causa. O que não afasta a ideia de Durkheim de que o suicídio por motivos econômicos não deixa de fazer vítimas nem em momentos favoráveis para a materialização dos privilégios econômicos, políticos e social.

O presente reproduz efeitos advindos do passado, o indivíduo suicida é pensado com repúdio, em maior ou menor frequência por aqueles que não tiveram com ele. Socialmente, entretanto, os efeitos do desprezo atingem a família em grau menor. As relações hoje, diferentemente do passado, acontecem numa circunferência maior e causas mais variada, já que a sociedade se tornou mais complexa. Ocorre ainda, a pesar disso, o desprezo à memória do falecido e à moral da família.

Segundo Foucault, os indivíduos em sociedade estão se vigiando constantemente, e assim as autoridades difundem a falsa sensação de sociedade organizada e justa. Veja o exemplo de uma possível situação: ao deparar-se com um indivíduo levando o alimento diretamente à boca, sem talheres, como reagiria à sociedade ocidental contemporânea?

---

<sup>1</sup> Matias Aires deduz logicamente a conclusão ética de que algo de vicioso é sempre inerente à virtude, algo injusto à justiça, e vice-versa (SARAIVA; LOPES, p. 598).

Seguindo a prática dos grupos dominantes, não se pouparia esforço para difundir uma recusa a tal violação da boa etiqueta como eles definem. Ação que é ensinada aos indivíduos já nos primeiros meses de vida. O alimento é conduzido a boca por intermédio do talher. E é notório que o bebê, antes de ser moldado pelas regras sociais, mostra nitidamente a preferência por utilizar as mãos como meio de superar a distância entre o prato e a boca. Mais radicalmente, pode ainda optar por levar a boca ao prato, sem utilizar sequer as mãos. Se o mesmo ocorre com um adulto, no entanto, é visto com desprezo. Isso gera um mal-estar social, entre os que vivenciam o ocorrido, além gerar um julgamento quanto o que é definido como bons modos.

Val esclarecer, quanto caso citado acima, que também se pensa na saúde daquele que pratica o ato, uma vez que comer com talheres evitaria que micro-organismos indesejados adentrassem o organismo do indivíduo, podendo adoecê-lo. Mas isso não serve como justificativa para gerar desconforto ao homem que quebra a etiqueta de comportamento diante da refeição, o que é grave.

A situação explorada nos apresenta o olhar do outro, que reforça uma condição de subjugação do outro, sentimento de repúdio e descrédito no ato, atinge de forma direta o indivíduo e agrava o mal sentido por ele. Os olhares, gestos, palavras que alteram o sujeito e desenvolvem nele um sentimento crescente de desaprovação por aquele que busca subjugar e não aceitar, mas deixar a vida do outro desagradável.

Os juízos de valor em questão são compreendidos e observados sob parâmetros estabelecidos no social. Ambos são levados a agir sem refletir a realidade. A utilização de talheres no auxílio da alimentação se origina no decorrer do século XVII. Assim não seria algo infundado de acontecer, mesmo que isso seja incoerente para o contemporâneo em qualquer momento pode-se comer com a mão, basta não ter os talheres por perto, algo que é da natureza humana e que foi alterado, mas não eliminada da vida humana.

A sociedade aceita o modelo sem questioná-lo. Até vivenciar os efeitos causados pelo ato de maneira direta. Mesmo que as pessoas não compreendam o ato, é importante ter ciência de que a negativa incorpora uma barreira (dúvida) nos indivíduos que tiveram uma aproximação com o suicida.

No passado, como já dissemos, a ideia religiosa do diabo explicava qualquer causa. Hoje, a perda, de origem material ou emocional, é explorada como justificativa para morte consumada de maneira tão genérica quanto. Um componente que a todo momento esteve presente, indispensável para a manutenção de uma sociedade estruturada pela desigualdade. As explicações pautadas em motivos pessoais vão ao encontro a intenção de manter as

atenções fora das verdadeiras causas, tirando o foco do problema e levando para o indivíduo e não para o modelo de vida seguido.

Acostumou-se aceitar como explicação qualquer motivo, coerente ou não como estopim do ato. Deixar de discutir as bases do modelo passa ser coerente para aqueles que vivem das benesses da vida coletiva. Portanto, não é atrativo interromper os casos que envolvem as causas do suicídio, porque se colidiria diretamente com os interesses desses homens que vivem do sofrimento alheio.

A ideologia religiosa foi marcante ao dar aos homens sentido à vida e evitar com que estes perdessem o encanto pela vida. E quando falhava, sempre surgia a ideia de excomunhão, de punir e usar o caso como modelo para coibir outros casos.

Alguns intelectuais elaboraram estudos sobre a perspectiva de punir como fator decisivo para inibir a ação de violar a lei. Um que teve destaque nesse sentido foi Michel Foucault. O filósofo apresentou a punição como instrumento eficiente para inibir a prática de crimes. Exemplo muito difundido na sociedade contemporânea é a muito utilizada perda da liberdade que envolve as penas que acometem quem viola a lei. A questão foi muito discutida no século XVII, que respondeu com mudanças no núcleo do modelo, pois uma ideologia dominante perdurou por séculos até que se buscou quebrar essa dominação.

Isso pode ser compreendido por duas perspectivas: a primeira remete ao fato de que, durante muito tempo, se conviveu com a perda de liberdade e da vida apenas porque alguém, de origem abastarda, assim escolheu; A outra consiste em compreender que existia uma incoerência no uso do poder, e a ideologia difundida passa a ser questionada por vítimas, parentes e outros que perceberam tal fato.

A revolução se sustenta basicamente na quebra de uma ideologia dominante. A coação recorrentemente utilizada encontrou questionamentos que atingiram o modelo, e a partir disso a situação começou a sofrer alterações. A movimentação provocada pelos exemplos de perda de liberdade provocou nos indivíduos a rejeição e conseqüentemente o sentimento de luta para quebrar uma ideologia que não era a sua. Demonstrando que é possível forçar a pessoa a agir e pensar em favor de uma ideologia dominante, quando convivendo com um modelo predador. E também que isso só pode ser alterado quando as vítimas geram certo número de pessoas insatisfeitas, levando todos aqueles envolvidos a combater essa ideologia de supremacia de alguns poucos. Movimentação que é necessária, uma vez que o grupo dirigente, por simples coerência, não altera o que vai mal para outro porque é desse que nascem seus privilégios.

Lembrar que uma ação que levasse à morte voluntária era tratada com rigor pela autoridade e a pena atingia o cadáver e a memória do falecido, além de seus parentes de primeiro grau, os bens confiscados eram um pequeno prêmio para a autoridade que julga ou defini a condição da morte. A ideia de punir emocionalmente, socialmente e fisicamente existia, e nem por isso se deixou de violar a lei. Fato que mostra o paradoxo de viver numa sociedade que encontra sua moral e ética restringida pela desigualdade, porém com grande influência em muitos. Os dirigentes deixavam de lado as causas que movimentaram o indivíduo à ação, pois a possível constatação de que seus privilégios estariam ligados ao sofrimento de muitos poderiam levar a concluir que o fim desses privilégios poderia reduzir os casos de suicídio.

Diante do passado duro, um presente difícil e um futuro incerto, o suicídio fez e faz parte da realidade das mais diferentes sociedades. Em comum, essas sociedades também têm uma ideologia que as domina e refuta qualquer ação que aponte a exploração do homem pelo homem como causa direta de sofrimento. Trata-se de algo pensado e praticado para refutar a relação de causa e consequência.

A aproximação entre esses dois tempos distintos é utilizada para mostrar que não existe a possibilidade de romper totalmente com o passado, porém as condições do presente podem gerar uma alteração a fim de levar a superação dessas causas e seus efeitos no futuro.

Ao constatar que a coerção social se faz viva nos indivíduos, também encontramos ensinamentos filosóficos para endossar a ideia de que as causas que levam ao suicídio são potencializadas na medida que não levantamos a reflexão sobre o que desencadeia o fato.

A filosofia começou a pensar o mundo tendo como base a natureza. A luta pela vida ocorre entre os seres, sendo mais ou menos complexa, e tendo a finalidade de seguir vivo e reproduzir-se até findar naturalmente o ser. Assim, rompê-la de maneira premeditada vai contra o que conhecemos a própria natureza do ser. E assim o homem conseguiu instrumentalizar seu mundo. As relações entre os grupos se fizeram constantes e, então, surgiram os vícios sociais. Parece preocupante porque à medida que as coisas mudam as condições do homem se transformam e o que temos de bom e ruim se amplia na mesma proporção.

As condições de vida resultam diretamente nas vidas dos indivíduos, seja de maneira física, psíquica ou biológica. A pobreza, pestes, incertezas, conflitos internos e externos e a impossibilidade de superar as dificuldades maltratavam o ser e assim ameaçavam sua existência. Para alguns intelectuais que se dedicaram ao assunto, a maioria dos casos

confirmados de suicídio leva a acreditar que o suicida buscava se libertar das coisas que lhe geravam sofrimento ou incômodo.

O sofrimento ainda se faz presente em nossa atualidade. Contudo, verifica-se que agora um suicida pode ser percebido antes de praticar o ato, ele apresenta algumas características no comportamento, identificadas como comuns entre o maior número das pessoas estudadas. Fora o comportamento inerente a cada pessoa, identificou-se também: estresse, distúrbios de ansiedade, isolamento e outros sintomas que, segundo a classe médica podem ser combatidos por intermédio da psicanálise, psicologia e terapias.

A indiferença é uma constante; alguns defendem que não dar importância ao ato seria a melhor maneira de não ampliar os casos. Seria uma conduta coerente para aquele que, de maneira direta ou indireta, tem se favorecido do modelo social vigente, seja nesse ou em outro tempo. Seria, entretanto, uma ação negligente que nos levaria a continuar reforçando a ideia de desvalorização do suicida. É de interesse de todos que desfaçamos a camuflagem, criada por nossas autoridades, do suicida como um homem fraco e covarde. Seu ato se choca com um modelo escolhido, não por ele, de viver na desigualdade material e moral.

Não é novidade que os homens superaram parte de suas dificuldades por intermédio da união de talentos, formando a sociedade. Isso apresentou novas possibilidades, de fato, mas estar indiferente ao sofrimento alheio seria um retrocesso. As coisas podem ser pensadas em espaços restritos que a grande maioria das pessoas não estão inseridas. Entretanto, o que é projetado só pode ser concluído no espaço ocupado por elas. Assim, não reforçar o que causa mal é uma ação que altera a realidade que não desejamos. Pois ao fazer mal ao semelhante estaríamos promovendo que alguns de nós adquiram privilégios advindo do sofrimento alheio.

O suicídio, conforme a história vem demonstrando, ocorre com maior ou menor número de acordo com a época e a sociedade. Mas a constatação de que o indivíduo viola a sua própria vida há muito tempo é fato. Mesmo que algumas sociedades repudiem a ação, o indivíduo não se condicionou isoladamente. Ao contrário, ele parte das condições que adquiriu, que lhes foram disponibilizadas por intermédio das instituições que formam o Estado.

Os dias atuais se caracterizam por um conhecimento sobre o homem com recursos suficientes para auxiliar na superação de problemas atrelados à existência. O que vemos, contudo, é uma submissão crescente aos meios de produção. Apresenta-se conhecimento coerente sobre as causas dos males humanos e mesmo assim não se consegue promover alterações na maneira como as coisas estão postas.



Todos esses males só se mantêm porque os grupos dirigentes se empenham em manter a situação. Os indivíduos, ao constatar que não podem mudar a situação, optam, em parte dos casos, por findar a própria vida. Ou ainda, são levados a não aceitar reproduzir o sofrimento ao outro. No caso desse, que se vê enganado pelo idealismo de fraternidade, de se colocar no lugar do outro, é subjugado na estrutura que vêm se mantendo a partir do sofrimento do outro. Isso tem levado os homens de boa-fé a perderem a crença em uma vida melhor. Então, encontra uma razão para não manter a vida.

Só se compreende o outro quando trocamos de lugar com ele. Nesse caso, aquele que subjuga passaria a ser subjugado. Atualmente já não é novidade, principalmente entre os intelectuais das ciências humanas, que o modelo de produção a fomos submetidos vai sempre privilegiar algumas poucas pessoas em detrimento do sofrimento de muitas outras.

Na vida contemporânea, o modelo não aceita que as pessoas possam viver fora desse círculo vicioso e, se o indivíduo conseguir sair ou repelir estes valores, sofrerá seus males. Um deles parece ser a vergonha e a insegurança de expor-se nas relações humanas quando não se explorar o semelhante de maneira "maquiavélica".

É possível constatar que as coisas não vão bem. O número de pessoas sendo tratadas com drogas ansiolíticas crescendo vertiginosamente é mais um demonstrativo. Mesmo vivenciando transformações significativas nas áreas das ciências, não observamos o mesmo nos comportamentos humanos. As condições para se promover a vida se transformaram, mas não o modelo de sustentação da sociedade. O que constatamos não ser uma ação exatamente premeditada pois, como no passado, continuarmos incorporando as ideias lançadas por dirigentes, que vivem da dificuldade alheia e, quando se fala de suicídio, são mantidas fora de questão as causas sociológicas que levam ao ato e, assim, se consegue tirar do olhar o provável culpado: a sociedade e suas formas de construção de desigualdade.

### **Capítulo 3: Questões específicas do suicídio no Brasil – passado e presente**

Um exemplo contemporâneo do que estamos tratando acerca das condições de desigualdade criadas como causa de suicídios pode ser a corrupção vivenciada pelo Brasil, exposta por meios de comunicação de massa em 2015, deixa pública a corrupção existente na esfera do Poder Executivo no país. Neste caso e em muitos outros, conhecer o fato, num primeiro momento, pode parecer ruim do ponto de vista prático, porém leva mais pessoas a se importar com as ações dos agentes públicos na condução das instituições. Esses homens deveriam estar em favor da construção de uma sociedade mais equilibrada, mas o que vemos é o controle das instituições para favorecer interesses privados, o que resulta em aquisição de ordem econômica. As ações voltadas ao controle do poder levam o Estado a trabalhar em prol do desequilíbrio na sociedade. E o Estado foi pensado para favorecer a convivência e coexistência de maneira harmônica e não desequilibrada.

O aparato do Estado é há muito utilizado pelos homens para potencializar o poder e colocar em prática seus interesses particulares. Assim, o modelo reproduzido busca a todo o momento a sustentar-se no desequilíbrio. Uma conduta que apresenta de forma direta uma falta, pois utiliza do todo para atender a poucos.

A mesma ideia vale quando nos referimos aos motivos que levam ao suicídio. Ainda se mantém escondida no passado e atuante no presente, sendo usada para reforçar as causas do suicídio ontem e hoje, pois deixamos de discutir o modelo social e somos induzidos a acreditar que ele é único. Se o suicídio ocorria no passado e continua ocorrendo, a semelhança entre as formas de estruturar a vida coletiva por intermédio da cultura ocidental também é bem grande e orientou o tempo e o espaço sob a ação de subjugar os diferentes e mesmo os seus semelhantes – através de construções de argumentos racionais ou científicos – para convencer a todos acerca da naturalidade das diferenças, seja na forma de estar no mundo ou até mesmo por intermédio de características física.

Um fato constatado que pode vir a melhorar a percepção do que buscamos demonstrar se refere às “informações de Estado” ou aos processos que correm em segredo de justiça, expressões que a maior parte das pessoas ao menos já ouviu. Tais assuntos estão ligados a dirigentes de governo, homens de importância política, econômica e social que a historiografia tradicional buscou destacar e denominou “elite”. Ainda, meio legal se criou

para justificar o não-acesso, não-conhecimento da verdade, e assim garantir que a coisa não mude e justificar que poucos são aqueles que refutaria o que faz mal ao todo na sociedade.

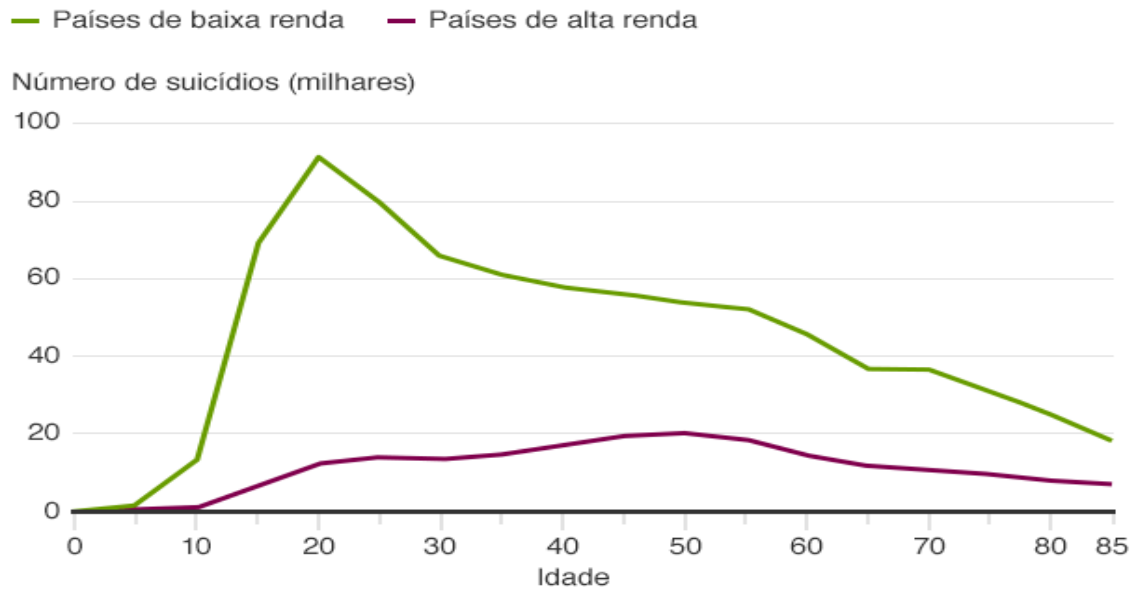
Por motivo de segurança nacional não se deve conhecer a verdade, ou é necessário aguardar que passem décadas para ser disponibilizado ao público. O período Militar no Brasil, que se iniciou em 1964 e terminou 1985, reforçou com afinco tal ideia. Os documentos daquele governo mostrariam a barbárie realizada em nome do país como forma adotada para justificar um mal. Tais documentos deixaram de ser públicos porque comprometeriam os métodos e os objetivos almejados pelos militares. Para manter o poder, uma das formas praticadas há muito é não deixar claras as verdadeiras intenções por trás de uma ação drástica e danosa a muitos. Isso é percebido como um vestígio de como os governos costumam se empenhar para não efetivar qualquer outro modelo.

O que tem ocorrido na prática é adaptação dos motivos que levam ao suicídio às diferentes condições que cada indivíduo tem na vida. Comumente, o suicídio ocorre em razão do desemprego, dívidas, problemas com jogo, frustração por estagnação profissional, amor não-correspondido, não aceitação de regras sociais, recusa a reforçar os males vividos, dentre outros não menos importantes motivos. Também observamos a morte como resposta para o que é esperado do indivíduo, como submissão, aceitação, conivência.

Ainda que formalmente diferente do que ocorria na Idade Média, o suicídio no contemporâneo continua causando desconforto. Apesar de pouco difundido, quando ocorrem casos de suicídio, sejam tentados ou consumados, o juiz pode buscar fazer o Estado disponibilizar direitos que esse indivíduo deveria ter, profissionais da medicina e da psicologia e psiquiatria, buscando amenizar o sofrimento do indivíduo (no caso da tentativa) ou da família (em casos consumados). Desta maneira, o Estado que tinha o costume de punir, agora deve amenizar a dor sofrida. Situação que mostra uma boa evolução na condução do caso. Como podemos punir um indivíduo que busca por fim a própria existência, isso por si só é a expressão máxima do sofrimento que o indivíduo pode suportar consigo? Não faz nenhum sentido puni-lo como forma de evitar a sua reincidência no “crime”.

A importante relação entre condições de vida e quantidade de suicídios, que se tem tentado demonstrar neste trabalho, fica mais clara com o gráfico a seguir:

## Suicídios globais por idade em 2012



Fonte: OMS, 2014

BBC

Fonte do gráfico: (PERASSO, 2015)

No Brasil, o índice de suicídios na faixa dos 15 a 29 anos é de 6,9 casos para cada 100 mil habitantes, uma taxa relativamente baixa se comparada aos países que lideram o ranking - Índia, Zimbábue e Cazaquistão, por exemplo, com mais de 30 casos. O Brasil é o 12º na lista de países latino-americanos com mais mortes neste segmento.

De acordo com a OMS, 800 mil pessoas cometem suicídio todos os anos. E para cada caso fatal há pelo menos outras 20 tentativas fracassadas. "Para a faixa etária de 15 a 29 anos, apenas acidentes de trânsito matam mais. E se você analisar as diferenças de gênero, o suicídio é a causa primária de mortes para mulheres neste grupo", diz à BBC Alexandra Fleischmann, especialista da OMS. O Brasil, neste ponto, passa pelo fenômeno oposto: índice de suicídios nesta faixa etária para mulheres é de 2,6 por 100 mil pessoas, mas a taxa salta para 10,7 entre a população masculina. Contudo, entre 2010 e 2012, o mais recente período de análise de dados da OMS, o índice feminino cresceu quase 18%.

Em termos globais, uma variação chama atenção: 75% dos suicídios ocorrem em países de média e baixa renda. E as diferenças socioeconômicas parecem ter impacto mais forte entre adolescentes. O mundo continua a conviver com tais fatos praticando a mesma conduta do passado, a condição de desconforto fica atribuído às vítimas e não ao modelo que as conduz e domina.

Como ilustração do que queremos defender, relatamos a seguir dois casos por nós registrados a partir de informação verbal:

Caso I - Uma curta narração do irmão de suicida morto em março de 2016 em Uberlândia.

As últimas ações: visitou a mãe e pediu a ela R\$500,00, que ela deu. Elogiou o irmão para mãe e ainda lhe deu algumas recomendações: “Não brigue com o gordo”. Voltou ao local onde deveria efetuar o pagamento do aluguel. Ele já havia perdido o dinheiro com o qual efetuariam o pagamento, por isso pediu à mãe, e o dinheiro que pegou com a mãe também acabou por perder.

A mãe não sabe de verdade o que ocorreu, porém não parece acreditar na história criada para encobrir a morte por suicídio. O irmão, por sua vez, afirma: “Eu acredito que melhor seria a verdade, pois ela fica matutando e questionando o que ocorreu e a falta de ligação entre o fato e um possível acidente ao realizar a mudança”.

A própria mulher tinha lhe arrumado uma quantia em dinheiro para resolver uma pendência com jogo do bicho, que levava ele a nutrir sentimentos de vias de fato contra o bicheiro. A esposa disponibilizou o recurso e ainda aconselhou: “Tá vendo, não precisa disso, vai pagar e fica tudo bem”. Pagou. O irmão da vítima se mostrou muito sensibilizado ao pensar no irmão e em como as pessoas ao seu redor buscavam ajudá-lo.

Ouvindo o narrador era possível notar sua indignação com a atitude tomada pelo irmão. O que pude de fato constatar foi que, ao relatar o pensado e o ocorrido, o homem apresentava acreditar na ideia de covardia, de não aceitação e sentia vergonha dos atos do irmão. A lembrança de fatos vividos com ele e a descrição de como ele era no cotidiano, trouxeram algum sossego, entretanto.

Após o relato, apresentei minhas impressões pessoais a ele, dizendo que via o fato como algo lamentável, mas que não o compreendia como algo negativo no sentido de desqualificar o indivíduo, tratá-lo como vilão da história. **(Informação verbal)**

Caso II - Narração de um conhecido (Cláudio).

Cláudio relata a morte de um conhecido que morava próximo de sua residência. Descreve o suicida como tendo cerca de trinta anos, era consumidor de droga e cometia furtos na comunidade. Durante um período, trabalhou em um sacolão do bairro. Morreu enforcado no mês de julho de 2015. O presente relato foi ouvido na mesma semana.

O uso de drogas é muito usado para justificar o suicídio. Porém é notório que as drogas na sociedade contemporânea são usadas cotidianamente tendo como diferencial uma classificação de legais ou não legais. O que também diferencia é o fim buscado no uso: curar ou não o desequilíbrio do organismo vivo. Segundo a medicina, é a quantidade consumida

que diferencia se é bom ou ruim o uso de alguma droga. Especialista justifica que o uso de drogas afasta o usuário da causa do seu sofrimento físico ou emocional. **(Informação verbal)**

Como relatamos nestes dois casos acima sobre o uso de drogas e a relação com a prática de suicídios, vamos dar algumas informações acerca do tema. Entre os remédios receitados no Brasil, os ansiolíticos tiveram um crescimento preocupante na última década. Trata-se de um tipo de droga cuja finalidade é inibir a ação de alguns neurônios. O que preocupa é que, mesmo entre os profissionais, que tem respaldo legal para receitar tais medicamentos, não se conheça previamente o resultado direto em cada paciente, pois os efeitos variam de pessoa para pessoa.

Em uma reportagem da Agência Brasil, que informa sobre o consumo de ansiolíticos no país entre os anos de 2007 e 2010, lemos que: “De acordo com a ANVISA, a venda legal de Rivotril – nome com o qual é comercializado o ansiolítico produzido a partir do clonazepam – saltou de 29,46 mil caixas em 2007 para 10,59 milhões em 2010. A ANVISA estima que só em 2010 os brasileiros gastaram ao menos R\$ 92 milhões com Rivotril” (RODRIGUES, 2012).

A procura por tratamento tem crescido assustadoramente e já é público que a patologia não é foco de estudo nas ciências humanas. Busca-se apenas atenuar o sofrimento desses indivíduos, recuperar o paciente para que ele possa voltar ao convívio da sociedade.

A ideia de usar a punição como fator de inibição do crime não encontraria liga no indivíduo, sendo sem efeito. A punição física e psicológica não causaria nenhum efeito a um corpo sem vida, não geraria lembrança de dor e nem causaria dor. Os que muitos juízes já constataram. Ao punir um indivíduo que já apresenta um sofrimento tão intenso que o leva a tentar tirar a própria vida, o Estado apenas o estaria motivando a tentar novamente. A legislação brasileira apenas criminaliza o induzimento ao suicídio, no art. 122 do Código Penal.

Embora constatemos que se trate de mais medidas paliativas, algumas instituições e pessoas perceberam o quanto anda difícil a situação nesse aspecto, e iniciativas civis são difundidas como tentativa de melhorar o quadro geral. Como exemplo temos o CVV, Centro de Valorização da Vida, que busca evitar, através do diálogo, que a pessoa pratique o ato. A atividade de ajuda se estrutura na ação de quem relata, de modo que ele mesmo possa se ouvir e identificar em si os vícios que a sociedade lhe fez incorporar. Ouvir a si mesmo pode levá-lo a observar o mundo partindo da sua narrativa, da compreensão que tem do mundo, do que lhe angustia, identificando as incoerências do modelo social que segue. Quando isso não é

possível, o seu confidente pontua ou repete as falas, com a finalidade de auxiliá-lo a organizar os próprios pensamentos. Acreditamos que não seja a melhor opção, nem mesmo uma solução para o problema, mas fornece tempo para o indivíduo encontrar uma solução para aquilo que lhe debilita no momento.

O confidente daquele que liga no CVV, em primeiro lugar, não busca dar uma conotação de bom ou ruim ao que lhe for expressado. O diálogo busca voltar ao narrador sua própria fala para, partindo dela, conseguir auxiliá-lo a encontrar seus caminhos e organizar os conflitos relatados. A partir da racionalização de seus problemas ele passa a agir no seu ambiente com maior consciência e descobre a sua importância, além de possíveis ações na busca por uma nova vida.

Buscando compreender o suicida, podemos aqui pensar em dois aspectos: de um lado aquilo que é percebido pelo nosso cérebro, e de outro, aquilo que não é interpretado ou armazenado como defendem alguns especialistas. Trata-se do consciente – processado pelo cérebro – e inconsciente – que não foi processado, mas que em algum momento vai se apresentar ao consciente, vai se fazer perceber.

Ter clareza do mundo que temos vivido é parte da solução. Pois na maioria dos casos de tentativa de suicídio, as pessoas voltam à sociedade e usam dos recursos viciosos para desfrutar dos prazeres que podem obter na vida social, acabando por reforçar ou potencializar ainda mais as causas do sofrimento no indivíduo que não consegue se desvincular de tal prática.

Quando nos deparamos com um caso de suicídio e, ao examinar as condições de vida da vítima, encontramos, às vezes, boas condições materiais e aparente boa condição emocional. Começamos a observar uma série de juízos de valor que são trazidos à tona. Aqueles que estão assistindo de fora não encontram explicação racional para justificar o ato. Porém, se buscarmos seguir as imposições do inconsciente – quanto ao que ele captura, mas não processamos conscientemente – certamente existe uma explicação que não pode ser ignorada. Porque mesmo que o indivíduo não tenha processado racionalmente uma informação, ele nos leva a suspeitar que está sendo difundida uma ideia enquanto, na prática, vem ocorrendo outra. A pessoa aparentemente tem tudo que se julga necessário para viver e ele tira a própria vida. O que geralmente é visto como incoerência pode indicar que ele de fato almeja uma vida moral e ética na prática e não somente na teoria como, em nosso tempo, se difunde como importante para a vida em sociedade. Ainda assim, diante de uma vida sob condições precárias, sofrimento e dor, é lógico que se tenha menos apego à vida do que aquele que desfruta dos prazeres que a desigualdade material pode produzir em sociedade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os indivíduos são mais do que produtos do processo reprodutor da espécie humana, embora este continue a se produzir a cada geração. As interações entre os indivíduos produzem a sociedade e esta retroage sobre os indivíduos. A cultura, no sentido amplo, emerge dessas interações, reúne-as e confere-lhes valor. Indivíduo/sociedade/espécie sustentam-se, pois, em sentido pleno: apoiam-se, nutrem-se e reúnem-se. Assim, indivíduo/sociedade/espécie não apenas são inseparáveis, mas coprodutores um do outro. Qualquer concepção do gênero humano significa desenvolvimento conjunto das autonomias individuais, das participações comunitárias e do sentimento de pertencer à espécie humana (MORIN, 2000).

Como já elucidado, o assunto objeto desta pesquisa é fruto de inquietações pessoais. Percebi o quanto somos moldados a partir do exterior e o quanto isso é danoso para a maior parte das pessoas. Para compreender o processo que leva à morte voluntária, fez-se necessário lembrar que todo processo humano é marcado pelas relações sociais, como afirma Chauí:

[...] o real não é um dado sensível nem um dado intelectual, mas é um processo, um movimento temporal de constituição dos seres e de suas significações, e esse processo depende fundamentalmente do modo como os homens se relacionam entre si e com a natureza. Essas relações entre os homens e deles com a natureza constituem as relações sociais como algo produzido pelos próprios homens, ainda que estes não tenham consciência de serem seus únicos autores (CHAUÍ, 1989, p.19).

A ideia de pesquisar, dialogar e refletir pode incentivar o surgimento de ações práticas, seja para reduzir o mal provocado pelo modelo vigente seja para apresentar novas possibilidades. Sem dúvida é, sim, uma temática complexa, mas se nos atermos à realidade podemos notar que o indivíduo se encontra, na sociedade, em condições desfavoráveis para fugir da coerção social, restando a ele reforçá-la e ampliar seus efeitos, ainda que de maneira involuntária. Assim, ele perde o interesse pela vida e isso tornasse uma constante. E uma vez que a vida de um suicida se evapora, os demais na sociedade podem vir a acreditar que não vale apenas viver em favor desses poucos que ainda tripudiam do sofrimento alheio. Diante disso, não coagir os suicidas poderia ser algo útil para levantar o tema e, com isso, desnudar o



fato, o que provavelmente traria mudanças, seja na eliminação das causas ou no mínimo na amenização dos efeitos por trás das causas.

Diante do que foi estudado, fica evidente que se as autoridades na idade medieval não tivessem instituído as penas e as figuras da autoridade (aquele que age sobre a escolha divina) o poder da Igreja não teria se mantido, pois a injustiça em favor da materialização dos prazeres desses grupos ficaria evidente, bem como o seu comprometimento do modelo com a desigualdade e não com o ser humano. A morte, ao ser rotulada de suicídio, gerava uma pena que recaía sobre o falecido e os familiares, a excomunhão do falecido é uma desaprovação religiosa e social para a família, além da perda dos bens em favor da autoridade local. Apenas ao ser necessário comprovar que a morte adivinha de um suicídio, sendo necessário um processo, apontando evidências e depoimentos comprovando o caso, as injustiças diminuiriam.

Quando acontecia a abertura do processo, a família adquiria condição de defesa e a perda dos bens deixava de ser tão evidente.

O contemporâneo superou a questão material sobre o crime, entendendo que já basta o sofrimento causado pela perda do ente querido e da própria negativa que circunscreve a família que ainda continua existindo. Uma postura louvável é que, quando uma pessoa escapa do suicídio, os juízes hoje têm obrigado o Estado a tratá-la.

Conforme colocado anteriormente, as coisas só mudam quando efetivamente as mudamos. Ao não eliminar a causa, o que temos é somente um paliativo, pois os causadores do sofrimento alheio continuam existindo entre todos e deixando incorporar a muito da ideologia ocidental. O pré-julgamento, por exemplo, se mantém vivo e não é difícil de ser verificado.

Voltando ao campo das ciências humanas, a ética e a moral são balizadores para uma vida em sociedade. Porém o sistema que vigora tem difundido valores morais incoerentes, uma vez que só é possível valorizar o capital se existir gente. Muito evidente na globalização onde se separa o centro (rico) e a periferia (pobres). Subjugar o outro é uma prática rotineira. Agir impiedosa e cruelmente para assegurar o privilégio é um valor dominante na sociedade do consumo. Porém, voltamos a lembrar, sem dominados não existe dominador. Ou combatemos os males desse modelo subjugador de homens ou vai chegar um momento que os discursos não serão suficientes para garantir o privilégio de poucos.

Partindo da história já superada que relata a historiografia, cabe também codificar e dar sentido ao que se mantém de história no tempo e no espaço. Escrever sobre uma ideologia de exploração do semelhante ocorre também entre quem busca se fazer valer do modelo e convencer os outros que isso é normal e lógico. Frequentemente, porém, o explorado não é

convencido que ser explorado é normal, pois só é fácil justificar ou convencer disso aqueles que são enredados por uma ideologia de prática danosa.

Na expectativa do suicida, a morte surge como solução para a sua vida. Vida essa que poderia ser dedicada a apresentar novas possibilidades ou provocar a participação de outras pessoas, a fim de encontrar possíveis soluções. É certo concluir que a morte chega para todos, o que muda é pelo que se morre. Lembramos, novamente, dos conflitos entre guerreiros, onde se ia à morte por acreditar em algo idealizado. Verifica-se, portanto, um valor moral na promoção do sofrimento ao outro, que não se reconhece no ato de recusar essa morte.

Aceitar a prática e não questionar tem sido o que reforça uma ideologia dominante que se autoqualificou para conduzir uma massa. Esse modelo incorporado vem mostrando ser incompatível com as expectativas que acompanham os conceitos éticos e morais que norteiam a sociedade moderna.

Ao deparar-se com o sofrimento que nasce da sociedade, ele e o que o causa deveriam ser recusados, de forma a recusar ao modelo. A ação de subjugar o outro e a insensibilidade dos homens têm levado os indivíduos a acreditar que mudar o modelo não seria possível. Assim, é preferível reforçar condutas que atendam a seus interesses e desviem seu olhar das necessidades do outro. Restando a alguns indivíduos o questionar da existência.

Em alguns dos casos de suicídio, os motivos que levaram ao ato não levam o coletivo a visualizar as informações contida nesse ato. Quando deixamos de compreender o acontecido, pode parecer que trocar um mundo difícil por outro não conhecido – partindo do pressuposto de que exista outro – seria uma escolha no mínimo irracional. Assim, parece mais lógico alterar a maneira como estamos vivendo. Não é racional alguém fazer uma escolha sem conhecer bem as alternativas.

O que nos inquieta é o sofrimento que assolou o homem, no presente ou no passado. Sabemos que, de fato, as condições para prover a vida mudaram com o tempo, mas a capacidade da mecânica envolvida nesse processo de causar sofrimento ao outro acompanhou. Os conhecimentos e técnicas para prover a vida e sua manutenção foram alterados. Mesmo se encontrando em condições mais favoráveis, comparadas aos equipamentos do passado, os homens não conseguiram interromper ou eliminar o sofrimento no homem e, assim, a morte voluntária.

Nosso tempo atual apresenta a manutenção de ideologias dominantes que predominaram na sociedade do passado, pois se verifica uma estrutura semelhante no presente. O objetivo é manter as pessoas indiferentes às questões contraditórias da vida em sociedade. Nessa perspectiva, o que preocupa é que alguns mantenham a ideia de dar ao

suicida uma série de adjetivos depreciativos sem importar em compreender o que ocorre de tão sério que leva uma pessoa a abrir mão da própria vida. Compreensão essa que poderia ser valiosa, pois ao entender as motivações do suicida estaríamos sendo levados a atuar junto ao assunto, que sabemos ser delicado. Se existe algo que possa findar a humanidade, não são os casos de suicídio, e sim a continuidade do modelo predador que nos foi imposto.

Mesmo tendo condições favoráveis para poder eliminar as causas que levam ao suicídio, continuamos convivendo com esses agravantes. Diante do privilégio, a indiferença se firma e conquista adeptos. Acontecimento tido como normal para alguns que incorporaram a ideia de que a vida é uma eterna disputa.

Sabemos que o tempo, atrelado ao espaço, não pode ser reproduzido. Mas discutir as condições deixadas pelos homens do passado passa a ser pertinente na busca de explicar o presente e pensar novas condições. Porque o sofrimento se fez e faz presente nos indivíduos desde outros tempos. O que nos faz questionar sobre o motivo de não buscarmos superar as causas e assim os efeitos. Seja qual for o motivo, material ou imaterial, o que podemos deixar de concluir é que é proposital a manutenção do mal na vida das pessoas.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Antônio de. **Experiências políticas no ABC Paulista: lutas e práticas culturais dos trabalhadores**. Uberlândia: EDUFU, 2008.
- ALVES, Rubem. **Conversas com quem gosta de estudar**. 28 ed. São Paulo: Cortez Editora, 1992.
- AUFIRAS, Munique. Uma entrevista com Jacques Le Goff. **Revista Estudos Históricos**, vol. 4, n. 8, Rio de Janeiro, 1991.
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2001.
- BENJAMIN, Walter. **Magia e Técnica, Arte e Política**. 7ª edição, São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.
- BERTOLOTE, José Manoel. **O suicídio e sua prevenção**. São Paulo: Ed. UNESP, 2012.
- BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2001.
- CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1989.
- CHRISTANTE, Luciana. **Escalada do suicídio**. Out. 2010. Disponível em: <<http://scienceblogs.com.br/feitoaverso/2010/10/suicidio>>. Acesso em: 9 set. 2016.
- DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. São Paulo, Martins Fontes, 2009.
- DURKHEIM, Émile. **O Suicídio** - Estudo de sociologia. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- FOLEY, Robert. **Apenas mais uma espécie única**. São Paulo: Editora EDUSP, 1993.
- FOUCAULT, Michel. **Em Defesa da Sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.
- LEAKEY, Richard. **A origem da espécie humana**. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1995.
- LE GOFF, Jacques. **A Civilização do Ocidente Medieval**. Volume II, Lisboa: Editora Estampa, 1984.
- LOPES, Óscar; SARAIVA, António José. **História da Literatura Portuguesa**. Porto: Porto Editora, 1990.
- LUTERO. Direção: Eric Till. Produção: Dennis A. Clauss, Brigitte Rochow, Christian P. Stehr, Alexander Thies. Alemanha / EUA. 2003. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=tgCS9SUfQeM>>. Acesso em: 18/07/2016.

- MAQUIAVEL, Nicolau. **O príncipe**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.
- MINOIS, Georges. **História do suicídio**. Lisboa: Ed. Teorema, 1998.
- MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. Relatório feito a pedido da UNESCO. São Paulo: Cortez/UNESCO. 2000.
- MORUS, Thomas. **A Utopia** (1516) Trad.: Paulo Neves. Porto Alegre: L&PM. 2012.
- PERASSO, Valéria. **OMS: Suicídio já mata mais jovens que o HIV em todo o mundo**. Set. 2015. Disponível em: <[http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/09/150922\\_suicidio\\_jovens\\_fd](http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/09/150922_suicidio_jovens_fd)>. Acesso em: 9 set. 2016.
- ROUSSEAU, Jean Jacques. **Discurso sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade entre os Homens**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- ROUSSEAU, Jean Jacques. **Emílio ou Da Educação**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- SANTOS, Irineia M. Franco dos. **História e Antropologia: Relação Teórico- Metodológicas, Debates sobre os Objetivos e os Usos das Fontes de Pesquisa**. Universidade Federal de Alagoas.
- SÊNECA, Lúcio Aneu. **Cartas a Lucílio**. Trad. J. A. Segurado e Campos. 2ed. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2004.
- STANFORD, Craig B. **Como nos Tornamos Humanos: um estudo da evolução da espécie humana**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
- THOMPSON, Edward P. **Costumes em comum: Estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- VIANA, Sílvia. **Rituais de sofrimento**. São Paulo: Boitempo, 2015.
- VILLA, Marco Antonio. **Canudos: o Povo da Terra**. São Paulo: Editora Ática, 1995.
- WEBER, Max. Rejeições religiosas do mundo e suas direções. **Ensaio de sociologia**, v. 5, p. 226-249, 1982.
- WERLANG, Blanca Guevara. **Proposta de uma entrevista semiestruturada para autópsia psicológica em casos de suicídio**. Tese (Doutorado em Ciências Médicas) – Programa de Pós-graduação em Ciências Médicas, Faculdade de Ciências Médicas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000. 312 f.